



PREFEITURA DE
LONDRINA

Controladoria-Geral do
Município

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2020

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Publicado em março de 2021

Controladoria-Geral do Município

Controlador-Geral do Município

Newton Hideki Tanimura

Equipe Técnica

Fabício Borges de Sousa - Responsável Técnico pelas Demonstrações

Gilmary Benetelo de Almeida Martins

Ana Lúcia Ribeiro

Benedito Balduino da Silva

Carolina Queiroz da Silva

Informações

Telefone: (43) 3372-4294

Correio eletrônico: contabilidade@londrina.pr.gov.br

Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/contabilidade-e-financas>

Última alteração: 22/03/2021

Sumário

Lista de Siglas e Abreviaturas	5
Lista de tabelas	8
Apresentação das Demonstrações Contábeis de 2020	10
Demonstrações Contábeis	10
Balanço Patrimonial	10
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.....	12
Quadro das Contas de Controle – Compensação	12
Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial.....	13
Demonstração das Variações Patrimoniais	13
Balanço Orçamentário.....	15
Execução de Restos a Pagar Não Processados	16
Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.	16
Balanço Financeiro	16
Demonstração dos Fluxos de Caixa	17
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	19
1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	19
2 – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.....	20
3 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	22
4 – Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis	25
5 – Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis.....	26
6 – Balanço Patrimonial - Caixa e Equivalente a Caixa.....	27
7 – Balanço Patrimonial - Créditos a Receber.....	27
8 – Balanço Patrimonial - Demais Créditos e Valores	30
9 – Balanço Patrimonial - Estoques	32
10 – Balanço Patrimonial - Investimentos	32
11 – Balanço Patrimonial - Imobilizado	33
12 – Balanço Patrimonial - Intangível	38
13 – Balanço Patrimonial - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	38
14 – Balanço Patrimonial - Empréstimos e Financiamentos.....	39
15 - Balanço Patrimonial - Fornecedores e Contas a Pagar	40
16 – Balanço Patrimonial - Obrigações Fiscais.....	40
17 – Balanço Patrimonial - Provisões	41
18 – Balanço Patrimonial - Demais Obrigações	41
19 - Balanço Patrimonial - Patrimônio Líquido	42
20 – Balanço Patrimonial - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.....	43

21 – Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Ativos.....	44
22 - Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Passivos.....	45
23 – Balanço Patrimonial - Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial	45
24 – VPA - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	46
25 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas.....	46
26 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	47
27 – VPD – Pessoal e Encargos	47
28 – VPD - Transferências e Delegações Concedidas.....	47
29 – VPD - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	48
30 – Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas	48
31 – Balanço Orçamentário - Execução Orçamentária da Receita.....	51
32 - Balanço Orçamentário - Execução Orçamentária da Despesa	52
33 - Balanço Orçamentário - Resultado Orçamentário.....	53
34 - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar	53
35 – Balanço Financeiro - Resultado Financeiro	54
36 – Fluxo de Caixa - Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	54
GLOSSÁRIO	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59

Lista de Siglas e Abreviaturas

A.A.	ao ano
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AFAI	Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa
AFPR	Agência de Fomento do Paraná
AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BHLS	<i>Bus with High Level of Service</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BRT	<i>Bus Rapid Transit</i>
BSM	Brasil sem Miséria
CAAPSML	Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEF	Caixa Econômica Federal
CENTRO-POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CF	Constituição Federal
CF/88	Constituição Federal de 1988
CGM	Controladoria-Geral do Município
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CIDREBAC	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional da Bacia do Cafezal
CISMEL	Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região
CMTU	Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo
CMV	Custo das Mercadorias Vendidas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CÓD.	Código
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COHAB-LD	Companhia de Habitação de Londrina
Contr.	Contrato
COSIP	Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSP	Custo dos Serviços Prestados
CSV	Custo dos Serviços Vendidos
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DIRF	Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte
DRM	Desvinculação das Receitas do Município
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente

EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
E-SOCIAL	Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas
FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
FIA/PR	Fundo Estadual para Infância e Adolescência – Paraná
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FMDCA	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
FMDU	Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano
FMHL	Fundo Municipal de Habitação de Londrina
FMMA	Fundo Municipal do Meio Ambiente
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNHIS	Fundo Nacional de Interesse Social
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNREBOM	Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
FUPA	Fundo de Proteção aos Animais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IGF	Índice de Gestão Descentralizada
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA-E	Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial
IPI	Imposto sobre Produtos Importados
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto sobre Serviço
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCIDADES	Ministério das Cidades
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MP	Ministério Público
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Convergentes com as Normas Internacionais)
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Nota Explicativa
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Plano de Ações Articuladas

PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCASPM-PR	Plano de Contas Aplicado aos Municípios do Paraná
PCP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEC	Praça dos Esportes e da Cultura
PETE	Programa Estadual de Transporte Escolar
PIPCP	Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária
PNATE	Programa Nacional de Transporte Escolar
PPAS	Piso Paranaense de Assistência Social
Procon-Ld	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor - Londrina
Proinfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROMAP	Programa de Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RECREDE	Programa de Recuperação de Crédito
RFB	Receita Federal Brasileira
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEAB	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
SEDS	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
SEDU	Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano
SEIL	Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística
SERCOMTEL	Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina
SFM	Sistema de Financiamento aos Municípios
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SMAA	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SMG	Secretaria Municipal de Governo
SMOP	Secretaria Municipal de Obras Públicas
SMPM	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
SMRH	Secretaria Municipal de Recursos Humanos
SMTER	Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas

Lista de tabelas

Tabela 1 - Caixa e Equivalente a Caixa

Tabela 2 – Composição da Conciliação Bancária

Tabela 3 – Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo

Tabela 4 – Detalhamento dos Ajustes de Perdas de Crédito a curto prazo

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores de Curto e Longo Prazo

Tabela 6 – Estoque em Almoxarifado

Tabela 7 - Investimentos

Tabela 8 – Imobilizado

Tabela 9 – Bens Móveis

Tabela 10 – Bens Imóveis

Tabela 11 - Bens de Uso Especial

Tabela 12 - Bens Dominicais

Tabela 13 - Bens de Uso Comum do Povo

Tabela 14 – Detalhamento das Obras em Andamento no Final do Exercício

Tabela 15 – Bens Intangíveis

Tabela 16 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto e Longo Prazo

Tabela 17 – Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo

Tabela 18 – Quadro detalhados das Dívidas originárias de Empréstimos e Financiamentos

Tabela 19 – Fornecedores e Contas a Pagar de Curto e Longo Prazo

Tabela 20 – Obrigações Fiscais de Curto e Longo Prazo

Tabela 21 – Provisões de Longo e Curto Prazos

Tabela 22 – Demais Obrigações de Curto e Longo Prazo

Tabela 23 – Patrimônio Líquido

Tabela 24 – Apresentação do Saldo Patrimonial

Tabela 25 – Detalhamento do Saldo do Ativo Financeiro

Tabela 26 – Detalhamento do Saldo do Passivo Financeiro

Tabela 27 – Atos Potenciais Ativos

Tabela 28 – Atos Potenciais Passivos

Tabela 29 – Apuração do Resultado Patrimonial do Exercício

Tabela 30 – VPA – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Tabela 31 – VPA – Transferências e Delegações Recebidas

Tabela 32 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Tabela 33 – Pessoal e Encargos

Tabela 34 – Repasse Concedido

Tabela 35 – Desvalorização de Perdas de Ativo e Incorporação de Passivo

Tabela 36 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

Tabela 37 – Impacto nos resultados das atividades operacionais próprias ou administrativas do Município

Tabela 38 – Impacto nos resultados a movimentação financeira

Tabela 39 - Impacto das contas de Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

Tabela 40 - Impacto no Resultado da Movimentação de Ativos e Passivos

Tabela 41 - Impacto no Resultado das Outras Variações Patrimoniais

Tabela 42 – Receita Realizada

Tabela 43 – Despesa Empenhada

Tabela 44 – Comparação entre a Receita e Despesa Orçamentária Executadas

Tabela 45 – Histórico da Composição dos Estoques de Restos a Pagar

Tabela 46 – Resultado Financeiro

Tabela 47 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Formação



MUNICÍPIO DE LONDRINA
CNPJ Nº 75.771.477/0001-70
Apresentação das Demonstrações Contábeis de 2020

As Demonstrações Contábeis da Administração Direta da Prefeitura do Município de Londrina são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as publicações da Secretaria do Tesouro Nacional, através do Balanço Geral da União.

Dessa forma, as DCASP são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Notas Explicativas.

O presente documento não se trata de uma consolidação das contas municipais, desta forma não serão apresentadas as informações sobre limites constitucionais e Metas Fiscais, as quais podem ser acessadas pelo Portal de Transparência do Município.

Os dados foram extraídos do Sistema Informatizado de Contabilidade da Administração Pública (Sistema de Contabilidade Pública Equiplano), na data-base de 31/12/2020.

O Resultado orçamentário da Prefeitura do Município de Londrina, apurado em 2020, foi superavitário em R\$ 558 milhões.

As receitas orçamentárias arrecadadas em 2020 totalizaram R\$ 1,595 bilhão, com expansão nominal de 11,9% quando comparadas com o exercício de 2019, que totalizou R\$ 1,426 bilhão de arrecadação.

As despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas e pagas totalizaram, respectivamente, R\$ 1,036 bilhão, 946 milhões e 941 milhões, que comparadas ao exercício de 2019 representam uma redução nominal de 0,19% nas despesas empenhadas, um aumento de 2,41% nas despesas liquidadas e um aumento de 2,94% nas despesas pagas.

Do montante de R\$ 145,5 milhões inscritos em Restos a Pagar no exercício de 2020 e saldo de exercícios anteriores, foram pagos R\$ 99,6 milhões e cancelados R\$ 31,7 milhões.

O resultado patrimonial apurado para o exercício de 2020 foi superavitário em R\$ 811,6 milhões, apresentando um aumento nominal de 444,0% em relação ao exercício de 2019 que foi deficitário em R\$ 235,9 milhões. O superávit foi ocasionado pela redução das Variações Patrimoniais Diminutivas, em R\$ 322,9 milhões combinado com o aumento das Variações Patrimoniais Aumentativas, em R\$ 724,6 milhões.

A seguir, serão apresentadas as demonstrações contábeis da Administração, relativas ao exercício de 2019, e detalhados os seus principais itens e informações relevantes em Notas Explicativas.

Demonstrações Contábeis
Balanço Patrimonial
Balanço Patrimonial 2020 - Quadro Principal – Anexo 14

A T I V O			
CONTAS CONTÁBEIS	NE	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		484.348.882,99	351.098.717,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6	317.409.694,81	191.998.399,24
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional		317.409.694,81	191.998.399,24

CRÉDITOS A CURTO PRAZO	7	37.105.894,96	22.306.151,77
Créditos Tributários a Receber		94.049.972,45	79.292.483,04
Créditos e Transferências a Receber		10.290.620,37	9.546.754,76
Dívida Ativa Tributária		1.086.543.225,49	1.093.388.889,25
Dívida Ativa Não Tributária		427.395.623,27	1.055.494.084,92
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo		(1.581.173.546,62)	(2.215.416.060,20)
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	8	123.719.316,14	133.080.498,87
Adiantamentos Concedidos		240,00	2.651,20
Tributos a Recuperar / Compensar		3.558.413,88	3.427.098,02
Crédito a Receber Por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos		1.383.220,39	0,00
Créditos por Danos ao Patrimônio		17.109.463,20	17.062.726,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		8.545.106,24	11.237.257,69
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo		93.122.872,43	101.350.765,54
ESTOQUES	9	6.113.977,08	3.713.668,08
Almoxarifado		6.113.977,08	3.713.668,08
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		2.562.224.721,30	2.461.698.448,32
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		592.092,66	592.092,66
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		592.092,66	592.092,66
INVESTIMENTOS	10	129.830.001,67	162.271.892,26
Participações Permanentes		129.830.001,67	162.271.892,26
IMOBILIZADO	11	2.414.816.868,68	2.282.163.883,17
Bens Móveis		125.524.878,76	112.725.250,09
Bens Imóveis		2.290.890.154,93	2.169.438.633,08
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada		(1.598.165,01)	0,00
INTANGÍVEL	12	16.985.758,29	16.670.580,23
Softwares		793.362,27	793.362,27
Direito de Uso de Imóveis		16.192.396,02	15.877.217,96
TOTAL DO ATIVO		3.046.573.604,29	2.812.797.166,28

PASSIVO			
CONTAS CONTÁBEIS	NE	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE		83.763.968,28	104.092.261,50
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS ASSISTÊNCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	13	26.950.177,42	13.553.157,49
Pessoal a Pagar		2.228.233,84	3.242.487,42
Benefícios Assistenciais a Pagar		0,00	14.259,24
Encargos Sociais a Pagar		24.721.943,58	10.296.410,83
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	14	32.421.491,71	44.500.475,20
Empréstimos a Curto Prazo - Interno		21.173.576,92	29.984.012,47
Financiamentos a Curto Prazo - Interno		10.388.209,49	14.377.097,34
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamento a Curto Prazo - Interno		859.705,30	139.365,39
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	15	3.474.542,55	1.169.740,22
Fornecedores e Contas a Pagar Nacional a Curto Prazo		3.474.542,55	1.169.740,22
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	16	565.227,44	875.790,31
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União		564.669,93	874.020,78
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados		557,51	1.769,53
PROVISÕES A CURTO PRAZO	17	510.305,80	510.305,80
Outras Provisões a Curto Prazo		510.305,80	510.305,80
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	18	19.842.223,36	43.482.792,48
Valores Restituíveis		10.676.075,03	20.201.995,59

Outras Obrigações a Curto Prazo		9.166.148,33	23.280.796,89
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		604.370.319,92	468.950.827,68
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIA A PAGAR A LONGO PRAZO	13	263.983.788,93	286.994.620,16
Pessoal a Pagar		46.348.066,20	64.560.934,46
Encargos Sociais a Pagar		217.635.722,73	222.433.685,70
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	14	99.050.986,25	60.022.145,12
Empréstimos a Longo Prazo - Interno		64.306.366,71	23.068.742,94
Financiamentos a Longo Prazo - Interno		32.712.677,61	36.953.402,18
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos a Longo Prazo - Interno		2.031.941,93	
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	16	18.088.077,68	18.088.077,68
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União		18.088.077,68	18.088.077,68
PROVISÕES A LONGO PRAZO	17	43.084.208,11	44.132.869,89
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		19.728.118,65	20.776.780,43
Outras Provisões a Longo Prazo		23.356.089,46	23.356.089,46
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	18	180.163.258,95	59.713.114,83
Outras Obrigações a Longo Prazo		180.163.258,95	59.713.114,83
TOTAL DO PASSIVO		688.134.288,20	573.043.089,18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CONTAS CONTÁBEIS	NE	2020	2019
DEMAIS RESERVAS		0,00	149.411,01
Reserva de Avaliação		0,00	149.411,01
RESULTADOS ACUMULADOS		2.358.439.316,09	2.239.604.666,09
Resultado do Exercício		811.649.689,61	-235.919.239,94
Resultados de Exercícios Anteriores		2.238.665.610,68	2.528.633.568,41
Ajustes de Exercícios Anteriores		-691.875.984,20	-53.109.662,38
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	2.358.439.316,09	2.239.754.077,10
TOTAL (PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO)		3.046.573.604,29	2.812.797.166,28

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		327.535.290,86	204.769.041,99
Ativo Permanente		2.719.038.313,43	2.608.028.124,29
TOTAL DO ATIVO	20	3.046.573.604,29	2.812.797.166,28
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		120.043.395,36	165.711.785,67
Passivo Permanente		672.207.899,75	542.584.275,56
TOTAL DO PASSIVO	20	792.251.295,11	708.296.061,23
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	20	2.254.322.309,18	2.104.501.105,05

Quadro das Contas de Controle – Compensação

Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		4.222.875,37	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneros a Receber		26.920.615,90	31.893.085,33
Direitos Contratuais a Executar		191.151.828,96	195.229.640,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		0,00	0,00
TOTAL	21	222.295.320,23	227.122.725,33

Saldo dos Atos Potenciais Passivo			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		86.097.607,61	95.067.844,30
Obrigações Conveniados e outros Instrumentos			
Congêneres a Liberar		4.935.748,01	4.935.748,01
Obrigações Contratuais a Executar		493.959.408,78	511.509.994,89
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		0,00	0,00
TOTAL	22	584.992.764,40	611.513.587,20

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

ORIGEM DOS RECURSOS	NE	2020	2019
Recursos Ordinários / Livres		182.512.572,58	23.391.350,26
Transferências do FUNDEB		9.030.086,19	2.880.546,10
Transferências Voluntárias		21.374.127,66	5.593.997,40
Alienação de Bens		2.406.299,31	284.873,24
Operações de Crédito		(31.046.853,31)	(30.926.844,62)
Transferências de Programas		12.153.369,98	9.413.016,65
Emendas Parlamentares		1.551.384,30	1.399.552,86
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		487.019,09	0,00
Cessão Onerosa – Pré-Sal		149.891,24	4.118.216,66
Outras Origens		8.873.998,46	22.902.547,77
TOTAL	23	207.491.895,50	39.057.256,32

Demonstração das Variações Patrimoniais

CONTAS CONTÁBEIS	NE	2020	2019
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		2.486.235.762,31	1.761.641.173,95
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	24	829.525.079,04	755.297.776,36
Impostos		779.894.068,32	709.136.148,69
Taxas		49.070.770,63	45.796.403,96
Contribuições de Melhorias		560.240,09	365.223,71
CONTRIBUIÇÕES		40.756.564,56	44.051.098,16
Contribuições Sociais		0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública		40.756.564,56	44.051.098,16
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		53.578.321,75	1.945.607,18
Venda de Mercadorias		0,00	0,00
Venda de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		53.578.321,75	1.945.607,18
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		31.137.444,61	234.344.842,65
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		25.059.014,89	197.088.746,37
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		5.854.965,71	17.338.608,35
Outras Variações Patrimoniais Aumentativa - Financeiras		223.464,01	19.917.487,93
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	25	651.199.283,40	544.189.299,12
Transferências Intragovernamentais		21.984.688,37	174.440,70
Transferências Inter Governamentais		628.368.655,82	541.894.416,22
Transferências das Instituições Privadas		374.575,01	1.910.790,10
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		471.364,20	209.652,10
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		2.620.765,20	33.426,19

Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		2.620.765,20	32.936,19
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	490,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		0,00	0,00
Reversão de Redução a Valor Recuperável		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	26	877.418.303,75	181.779.124,29
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		347.173,98	6.011.373,58
Resultado Positivo de Participações		8.616.486,40	17.760.769,02
Subvenções econômica		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajuste de Perdas		804.464.908,88	87.857.165,98
Diversa Variações Patrimoniais Aumentativas		63.989.734,49	70.149.815,71
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		1.674.586.072,70	1.997.560.413,89
PESSOAL E ENCARGOS	27	609.627.810,99	558.110.226,95
Remuneração a Pessoal		421.297.976,40	410.712.584,91
Encargos Patronais		158.568.977,87	119.077.675,71
Benefício a Pessoal		27.263.542,78	26.216.165,42
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		2.497.313,94	2.103.800,91
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		16.785.701,55	7.101.732,64
Aposentadorias e Reformas		93.196,10	86.635,64
Pensões		0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuadas		0,00	0,00
Benefícios Eventuais		14.412.271,40	5.565.097,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.280.234,05	1.450.000,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		139.683.658,43	161.569.769,83
Uso de Materiais de Consumo		45.483.722,33	39.792.660,45
Serviços		92.646.989,24	121.777.109,38
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.552.946,86	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		26.335.117,76	31.119.112,85
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		25.579.276,89	29.828.242,50
Juros e Encargos de Mora		8.761,98	75.006,56
Variações Cambiais		747.078,89	1.215.386,00
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		0,00	477,79
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	28	508.206.198,59	498.849.854,63
Transferências Intragovernamentais		443.560.149,00	442.652.316,25
Transferências Inter Governamentais		0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas		64.545.903,45	56.188.019,31
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		0,00	9.519,07
Transferências ao Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada		100.146,14	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	29	215.243.099,01	624.099.740,31
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		214.696.962,73	621.993.959,80
Perdas com Alienação		0,00	0,00
Perdas Involuntárias		47.375,72	422.234,39
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		498.760,56	1.683.546,12
TRIBUTÁRIAS		13.827.188,00	13.293.745,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias		60.498,84	69.916,89
Contribuições		13.766.689,16	13.223.828,19
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		0,00	0,00
Custos das Mercadorias Vendidas - CMV		0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos - CPV		0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestado - CSP		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		144.877.298,37	103.416.231,60
Premiações		0,00	169.680,71
Resultado Negativo de Participações		0,00	0,00

Incentivos		112.229,92	96.806,00
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões		0,00	3.409.943,62
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		144.765.068,45	99.739.801,27
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	30	811.649.689,61	-235.919.239,94

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(decorrentes da execução orçamentária)

CONTAS CONTÁBEIS	NE	2.020	2.019
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		127.530.785,25	92.214.001,74
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		30.999.880,23	37.161.972,60
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO		41.948.978,11	17.552.182,12
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		15.870.614,27	19.554.283,64

Balanco Orçamentário

Receitas Orçamentárias

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
			(a)	(b)	c=(b-a)
Receitas Correntes (I)	31	1.431.730.000,00	1.564.054.163,15	1.530.691.506,60	-33.362.656,55
Receitas de Impostos, Taxas e Contr. Melhoria		786.060.000,00	786.060.000,00	799.478.866,00	13.418.866,00
Receitas de Contribuições		40.549.000,00	40.549.000,00	40.758.931,21	209.931,21
Receita Patrimonial		25.980.000,00	77.505.476,75	59.820.989,74	-17.684.487,01
Receita de Serviços		1.974.000,00	1.974.000,00	1.528.348,19	-445.651,81
Transferências Correntes		564.284.000,00	644.908.178,95	609.612.463,96	-35.295.714,99
Outras Receitas Correntes		12.883.000,00	13.057.507,45	19.491.907,50	6.434.400,05
Receitas de Capital (II)	31	74.322.000,00	221.995.331,32	62.021.479,43	-159.973.851,89
Operações de Crédito		58.000.000,00	188.833.769,13	41.948.978,11	-146.884.791,02
Alienação de Bens		1.090.000,00	1.090.000,00	2.620.765,20	1.530.765,20
Transferências de Capital		13.232.000,00	30.071.562,19	17.451.736,12	-12.619.826,07
Outras Receitas de Capital		2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	-2.000.000,00
Receitas Correntes Intraorçamentária (III)	31	111.000,00	2.761.469,50	2.801.389,76	39.920,26
Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias		111.000,00	2.761.469,50	2.801.389,76	39.920,26
Subtotal com Refinanciamento (IV) = (I+II+III)		1.506.163.000,00	1.788.810.963,97	1.595.514.375,79	-193.296.588,18
Déficit (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
T o t a l (VI) = (IV+V)	31	1.506.163.000,00	1.788.810.963,97	1.595.514.375,79	-193.296.588,18
Saldo de Exercícios Anteriores		0,00	62.418.193,43	62.416.193,43	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro		0,00	62.418.193,43	62.416.193,43	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesas Pagas	Saldo
		(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(c) = (e-f)
Despesas Correntes (I)	32	907.372.000,00	1.025.901.494,00	887.720.184,87	835.025.974,71	830.620.809,59	138.181.309,13
Pessoal e Encargos sociais		617.328.000,00	668.681.215,28	595.635.953,55	595.473.887,27	595.152.902,73	73.045.261,73
Juros e Encargos da Dívida		20.197.000,00	15.180.000,00	14.760.369,46	14.759.291,47	14.140.965,74	419.630,54
Outras Despesas Correntes		269.847.000,00	342.040.278,72	277.323.861,86	224.792.795,97	221.326.941,12	64.716.416,86
Despesas de Capital (II)	32	163.855.000,00	373.094.182,59	149.264.055,27	111.916.784,44	111.195.994,05	223.830.127,32
Investimentos		122.501.000,00	300.238.182,59	107.501.535,41	70.155.355,90	70.051.999,41	192.736.647,18
Inversões Financeiras		11.252.000,00	41.252.000,00	10.205.600,28	10.205.600,28	10.205.600,28	31.046.399,72
Amortização Dívida Refinanciada		30.102.000,00	31.604.000,00	31.556.919,58	31.555.828,26	30.938.394,36	47.080,42
Reserva de Contingências (III)		3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
Reserva de Contingências		3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00

Subtotal da Despesas (IV) = (I+II+III)	32	1.074.227.000,00	1.401.995.676,59	1.036.984.240,14	946.942.759,15	941.816.803,64	365.011.436,45
Amortização Dívida Refinanciada (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal c/Refinanciamento (VI) = (IV+V)		1.074.227.000,00	1.401.995.676,59	1.036.984.240,14	946.942.759,15	941.816.803,64	365.011.436,45
Reserva do RPPS (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit (VIII)	33	431.936.000,00	386.815.287,38	558.530.135,65	648.571.616,64	653.697.572,15	-171.714.848,27
TOTAL (IX) = (VI+VII+VIII)		1.506.163.000,00	1.788.810.963,97	1.595.514.375,79	1.595.514.375,79	1.595.514.375,79	193.296.588,18

Execução de Restos a Pagar Não Processados

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NE	INSCRITOS		LIQUIDADO	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
		(a)	(b)				
Despesas Correntes		7.402.666,78	51.762.291,39	43.419.183,51	43.407.054,87	12.600.108,82	3.145.665,84
Pessoal e Encargos Sociais		3.060.387,39	0,00	3.036.789,75	3.036.789,75	21.350,00	2.247,64
Juros e Encargos da Dívida		0,00	211.545,60	211.500,60	211.500,60	0,00	45,00
Outras Despesas Correntes		4.342.279,39	51.550.745,79	40.170.893,16	40.158.764,52	12.578.758,82	3.143.373,20
Despesas Capital		13.250.570,93	62.837.442,95	54.522.471,66	54.522.471,66	10.635.682,14	10.929.860,08
Investimentos		13.250.570,93	62.760.079,88	54.445.108,59	54.445.108,59	10.635.682,14	10.929.860,08
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	77.363,07	77.363,07	77.363,07	0,00	0,00
T o t a l	34	20.653.237,71	114.599.734,34	97.941.655,17	97.929.526,53	23.235.790,96	14.075.525,92

Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
		(a)	(b)			
Despesas Correntes		470.440,67	7.937.589,28	1.307.109,20	6.990.307,16	110.613,59
Pessoal e Encargos sociais		28.056,42	5.943.117,34	28.851,17	5.898.660,41	43.662,18
Juros e Encargos da Dívida		0,22	98.095,54	98.065,53	30,23	0,00
Outras Despesas Correntes		442.384,03	1.896.376,40	1.180.192,50	1.091.616,52	66.951,41
Despesas Capital		2.332,81	1.846.455,27	410.886,59	1.436.285,81	1.615,68
Investimentos		2.332,81	1.438.254,30	2.728,18	1.436.243,25	1.615,68
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	408.200,97	408.158,41	42,56	0,00
T o t a l	34	472.773,48	9.784.044,55	1.717.995,79	8.426.592,97	112.229,27

Balanco Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
Receita Orçamentária (I)		1.595.514.375,79	1.425.816.394,52
Ordinária		1.208.173.916,78	1.151.282.861,80
Vinculada		387.340.459,01	274.533.532,72

Transferência do FUNDEB		181.867.398,65	174.967.115,81
Transferência Voluntárias		21.127.501,82	13.254.453,83
Alienação de Bens		2.752.130,04	118.836,64
Operação de Crédito		41.979.235,73	17.680.301,26
Transferência de Programas		13.703.289,11	15.200.394,94
Outras Origens		43.730.063,41	48.292.957,56
Transferências Voluntárias - Emenda Individual		873.499,80	901.256,02
Cessão Onerosa - Pré-Sal		27.732,24	4.118.216,66
Transferências Financeiras Recebidas (II)		21.718.238,60	127.037,70
Recebimentos Extraorçamentários (III)		1.021.254.617,09	1.029.361.069,59
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		204.769.041,99	286.420.870,16
Caixa e Equivalente de Caixa		191.998.399,24	193.838.354,44
Realizável		12.770.642,75	92.582.515,72
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	35	2.843.256.273,47	2.741.725.371,97

DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
Despesa Orçamentária (VI)		1.036.984.240,14	1.039.278.786,09
Ordinária		647.768.484,13	721.497.530,11
Vinculada		389.215.756,01	317.781.255,98
Transferência do FUNDEB		177.693.762,66	178.882.455,54
Transferência Voluntárias		10.157.925,23	21.255.290,82
Alienação de Bens		630.703,97	1.156.876,16
Operação de Crédito		42.406.965,24	29.423.266,19
Transferência de Programas		24.602.582,67	22.275.635,59
Valores Restituíveis		0,00	0,00
Outras Origens		64.648.322,46	64.559.519,32
Transferências Voluntárias - Emenda Individual		1.521.684,83	228.212,36
Apoio Financeiro aos Municípios		63.557.751,29	0,00
Cessão Onerosa - Pré-Sal		3.996.057,66	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		443.476.119,00	441.512.120,38
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		1.035.260.623,47	1.056.165.423,51
Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)		327.535.290,86	204.769.041,99
Caixa e Equivalente de Caixa		317.409.694,81	191.998.399,24
Realizável		10.125.596,05	12.770.642,75
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	35	2.843.256.273,47	2.741.725.371,97

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	NE	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DAS OPERAÇÕES	36	2020	2019
INGRESSOS		2.498.750.051,67	2.313.335.604,61
RECEITAS DERIVADAS		840.237.797,21	820.496.707,61
Receita Tributária		799.478.866,00	776.442.111,29
Receita de Contribuições		40.758.931,21	44.054.596,32
Outras Receitas Derivadas		0,00	0,00

RECEITAS ORIGINÁRIAS		83.642.635,19	39.993.899,02
Receita Patrimonial		59.820.989,74	20.537.902,05
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		1.528.348,19	1.945.607,18
Outras Receitas Originárias		22.293.297,26	17.510.389,79
Remuneração das Disponibilidades		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS		1.574.869.619,27	1.452.844.997,98
Intergovernamentais		444.536.682,40	367.232.694,91
da União		180.938.475,78	105.134.389,92
de Estados e Distrito Federal		263.598.206,62	262.098.304,99
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		182.527.517,68	180.507.974,67
Transferências Financeiras Recebidas		21.718.238,60	127.037,70
Recebimentos Extraorçamentários		926.087.180,59	904.977.290,70
DESEMBOLSOS		2.378.924.029,99	2.356.262.426,41
PESSOAL E OUTRAS DESP. CORRENT. POR FUNÇÃO		598.218.543,65	599.108.155,97
Segurança Pública		18.590.999,00	18.135.347,82
Agricultura		6.308.627,82	7.159.528,63
Previdência Social		65.040.149,94	60.205.430,58
Urbanismo		27.244.527,88	24.734.479,58
Educação		317.034.562,88	308.079.804,23
Assistência Social		26.531.876,14	23.740.803,50
Gestão Ambiental		7.898.147,13	8.935.908,88
Trabalho		761.198,69	682.205,06
Direitos da Cidadania		8.024.072,20	7.845.377,73
Cultura		5.655.345,74	5.587.672,11
Administração		68.735.202,23	66.010.732,54
Judiciária		14.779.282,44	12.403.187,57
Encargos Especiais		31.614.551,56	55.587.677,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		14.450.531,87	15.917.128,29
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		4.094.573,73	6.179.043,83
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		10.355.958,14	9.738.084,46
TRANSFERÊNCIAS		1.766.254.954,47	1.741.237.142,15
Intergovernamentais		190.238,80	1.372.296,47
da União		0,00	1.285.056,21
de Estados e Distrito Federal		190.238,80	87.240,26
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		386.975.495,52	394.410.070,36
Transferências Financeiras Concedidas		443.476.119,00	441.512.120,38
Pagamentos Extraorçamentários		935.613.101,15	903.942.654,94
Outros Desembolsos		0,00	0,00
Perdas de Investimentos e Aplicações		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DAS OPERAÇÕES		119.826.021,68	(42.926.821,80)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2020	2019
INGRESSOS		2.620.765,20	32.936,19
Alienação de Bens		2.620.765,20	32.936,19
Amortização de Empréstimos e Financiamento Concedidos		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		10.205.600,28	19.126.339,99
Aquisição de Ativo Não Circulante		10.205.600,28	19.126.339,99
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVID. DE INVESTIMENTO		(7.584.835,08)	(19.093.403,80)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVID. DE FINANCIAMENTO		2020	2019
INGRESSOS		41.948.978,11	17.552.182,12
Operações de Créditos		41.948.978,11	17.552.182,12
DESEMBOLSOS		31.423.915,84	37.183.784,69
Amortização/Refinanciamento da Dívida		31.423.915,84	37.183.784,69
FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DE FINANCIAMENTO		10.525.062,27	(19.631.602,57)

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		2020	2019
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		122.766.248,87	(81.651.828,17)
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		204.769.041,99	286.420.870,16
Caixa e Equivalente de Caixa Final		327.535.290,86	204.769.041,99

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis

a) Informações Gerais

A Prefeitura do Município de Londrina é o órgão do Poder Executivo Municipal, inscrito no CNPJ sob nº 75.771.477/0001-70, e está localizado na Av. Duque de Caxias, 635 do Jardim Mazzei II – CEP. 86015.901.

b) Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Município são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e da Lei Complementar nº 101/2000. Cita-se ainda o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 8ª Edição, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS), editadas pelo Conselho de Contabilidade, pela International Federation Of Accountants (IFAC), e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, respectivamente.

O objetivo principal das DCASP é fornecer aos usuários e para comunidade informações sobre a gestão do Patrimônio Público do Município e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira, da execução orçamentária, dos fluxos de caixa e financeiros e a outros dados que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do governo municipal.

As DCASP apresentam as particularidades abaixo elencadas, fruto das características dos procedimentos adotados pelo Município;

- I. Não apresentação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, uma vez que: é de evidenciação facultativa; não há um consenso sobre as informações que devem ser evidenciados no respectivo quadro; e as principais informações sobre a execução de despesa orçamentária que causam variações qualitativas no patrimônio do Município estão disponíveis no BO e em seus quadros anexos;
- II. O uso do conceito de conta única, derivado do princípio da unidade de caixa (Lei 4.320/1964), exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em conta única. Desta forma, no Balanço Financeiro os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalente de Caixa;
- III. Na Demonstração de Fluxo de Caixa são incluídos os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, em observância ao princípio de unidade de caixa, estes recursos transitam na conta única;
- IV. Ainda em relação a conta única, a sua utilização, em função de arrecadação de receitas e dos demais usos legalmente autorizados, por entidade não integrante do OFSS, podem implicar em saldo residual nas transferências recebidas e concedidas que são evidenciadas tanto no Balanço Financeiro, quanto na Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- V. Apresentação dos saldos utilizados para abertura de créditos adicionais no Balanço Orçamentário cuja fonte de recursos é derivada de Superávit Financeiro, ou seja, recursos que foram arrecadados em exercícios anteriores e apurados mediante a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro no Balanço Patrimonial. Tais recursos não são considerados receitas orçamentárias, pois foram arrecadadas em exercícios anteriores.

2 – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo SICONFI (a partir de)
a) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato Implantado	Imediato	(Dados de 2015) 2016
b) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato Implantado	Imediato	2017 (Dados de 2016)
c) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015 Implantado	01/01/2016 Implantado	(Dados de 2016) 2017
d) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017 Implantado	01/01/2018 Implantado	2019 (Dados de 2018)
e) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.).	31/12/2017 Em implantação	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
f) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019 Parcialmente Implantado	01/01/2020	(Dados de 2020) 2021
g) Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019 Não implantado	01/01/2020	(Dados de 2020) 2021
h) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	31/12/2019 Não implantado	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
i) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019 Implantado	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
j) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019 Parcialmente Implantado	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
k) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020 Parcialmente Implantado	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
l) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020 Não se aplica	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
m) Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020 Não implantado	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
n) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
o) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)
p) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)
q) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.		
r) Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.		
s) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos	A ser definido em ato normativo específico.		

A implantação dos procedimentos descritos nos itens de 'a, b, c, d foi finalizada até o exercício de 2019.

O item 'e' referente ao **“Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)”** cujo prazo da 'Obrigatoriedade dos registros contábeis' ocorreu em 31/12/2018, continua em processo de implantação e do ponto de vista de extração de dados, não houve avanço significativo quando comparado ao exercício de 2019, a seguir um breve histórico desse processo:

Os órgãos da administração, desde o início do plano de implantação dos procedimentos contábeis, tomaram ciência através dos documentos emitidos pelo serviço de contabilidade das adequações necessárias aos procedimentos vigentes, no entanto, o software em uso que controla os dados de pessoal no Município foi concebido em 1997 e atendia as necessidades vigentes à época e não se incluía entre elas os cálculos de obrigações por competência. Cogitou-se que os cálculos fossem efetuados de forma manual, porém, por ter aproximadamente 14.000 contracheques, o procedimento se mostrou impraticável. Também foram destinados estudos e projetos de analistas de sistema para aprimorar o software vigente, mas a solução também envolve mudanças de rotinas e procedimentos mais amplos, tal como elucidado no mesmo plano de implantação.

Concomitante às exigências contábeis temos o governo federal, por meio do E-SOCIAL, que conhecidamente exigirá novas informações a respeito das informações de pessoal. E por isso, a ferramenta em uso definitivamente necessitará ser substituída.

A opinião técnica da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) assim acrescenta:

“nossa posição no sentido de que uma tentativa de melhorar tal sistema é nítida perda de tempo, considerando-se mais oportuno e conveniente à Administração Municipal, no contexto atual, a aquisição de uma solução integrada de gestão de pessoas (recursos humanos) (...).”

Assim, em 2019 iniciou-se o processo de implantação do novo Software de RH. Em reunião ocorrida em 17/09/2019 no Gabinete da Secretaria Municipal de Recursos Humanos – SMRH, com a equipe técnica envolvida no processo, verificou-se a necessidade de aproveitar a implantação deste novo Software de RH para aprimorar as informações previstas no Item 'e'. Nessa reunião foram ressaltadas as dificuldades encontradas em registrar as informações pretéritas de férias dos professores, abrindo discussões quanto as formas mais adequadas de levantar as informações para realizar as adequações legais e atender a Portaria 548/2015 STN.

Em 2020, foi locado um sistema de Recursos Humanos, para suprir dentre outras demandas, as de controle das obrigações trabalhistas por competência. A empresa iniciou a implantação e após sucessivas prorrogações e a não implantação prevista contratualmente, foi aberto processo para apuração de eventual responsabilidade (SEI! 19.008.067215/2020-11) e por fim, o sistema ainda não foi implantado.

Os itens 'f', 'g', 'h' e 'i', de acordo com o PIPCP devem em 31/12/2019 ter concluído a 'Preparação de sistema e outras providências de implantação', a seguir o posicionamento de cada um destes itens:

Item 'f' – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.”

O item 'f' do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis e Patrimoniais vem sendo atendido para as provisões os Riscos Fiscais Federais e Estaduais, já as Provisões para Riscos Trabalhistas e Riscos Cíveis há a dependência da implantação do software jurídico, com o qual a identificação destas obrigações se tornará possível, conforme manifestação do setor jurídico do município pelo SEI! 19.003.153099/2020-00.

Item 'g' – “Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.”

Os passivos contingentes foram registrados com base no Demonstrativo de Riscos Fiscais da LDO, sendo dividido em Passivos Contingentes e Demais Riscos Fiscais Passivos.

Os Passivos Contingentes totalizam R\$ 201.450.000,00, que correspondem às Demandas Judiciais, Dívidas em processo de Reconhecimento, Avais e Garantias Concedidas e o risco de aporte financeiro ao RPPS – Plano de Previdência Social – CAAPSM.

Os Demais Riscos Fiscais Passivos previstos correspondem basicamente à Frustração da Arrecadação em R\$ 100.000.000,00.

Outro fator que visa melhorar a identificação dos ativos e passivos contingentes depende da implantação de um software jurídico contratado pelo município com o qual, acredita-se viabilizar o desenvolvimento de estratégias que possibilite as melhorias de tais controles.

Item ‘h’ – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)”

Para atender o Item ‘h’ do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos **bens móveis**, o Município iniciou em 2019 o processo de contratação, através do Pregão nº 0205/2019, firmado com a empresa Piori Serviços e Soluções, Contabilidade Eireli, cujo objeto contratual é a prestação de serviços de levantamento, avaliação patrimonial e atualização dos bens móveis que compõem o acervo patrimonial do Município de Londrina. A previsão era de que a empresa iniciasse os trabalhos de levantamento patrimonial ainda no primeiro trimestre de 2020, entretanto, em razão da pandemia do COVID-19 e das medidas emergenciais estabelecidas por Decretos Municipais, Estaduais e Federais, além da orientação da Autarquia Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, o início da execução do contrato necessitou ser adiado. Desse modo, a Ordem de Serviço foi emitida no dia 13/08/2020 para que a contratada inicie a execução da prestação de serviços de levantamento, avaliação patrimonial e atualização dos bens móveis que compõe o acervo patrimonial do Município de Londrina a partir de 25/01/2021, conforme resposta SMGP-GBMM no SEI 19.003.153361/2020-16.

Ainda quanto ao Item ‘h’ do PIPCP, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos **bens imóveis**, não houve avanço significativo no cumprimento do PIPCP, tendo sido reforçada a necessidade de cumprimento deste item ao departamento de gestão dos bens imóveis.

Item ‘i’ – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.”

Compreendem as obrigações financeiras do Município a título de empréstimos e financiamento e estão representadas pelas operações de crédito internas – em contratos.

Os juros são apropriados mensalmente de acordo com as respectivas taxas e atualizações.

Item “j” – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.”

As participações permanentes, classificadas como participações permanentes e demais investimentos, representam os investimentos realizados em empresas e consórcios públicos pelo Município.

Tais itens são mensurados e avaliados de acordo com o nível de influência que possuem, quando apresentam influência significativa, é utilizado o método da equivalência patrimonial e, nos casos em que a influência não seja relevante, emprega-se o método do custo de aquisição.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas, mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

Item “k” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.

Os valores registrados no sistema de contabilidade municipal nas contas de Créditos Tributários e Não Tributários, Dívida Ativa Tributária e Não Tributária apresentam divergência quando comparados aos valores constantes no sistema tributário na posição em 31/12/2020, ressaltando que diferentes relatórios no Sistema Tributário Municipal carregam essa divergência, necessitando de apuração e revisão da integração dos dados para o sistema de contabilidade.

Item “l” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.

Não se aplica à entidade.

Item “m” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.

Os bens intangíveis estão sendo registrados conforme a incorporação decorrente da execução orçamentária, estando carente de reconhecimento, mensuração, evidenciação, amortização e baixas. Não há a determinação da vida útil e conseqüentemente não possuem registros de amortização.

3 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Município, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a) Moeda Funcional

A moeda funcional é o Real. Entretanto, quanto aos saldos em moeda estrangeira, o Município não possui nenhum direito ou obrigação em outras moedas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem a conta única e demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Depósitos Restituíveis

Em atendimento ao princípio da unidade de caixa ou unidade de tesouraria, conforme determina o art. 56 da Lei no 4.320, de 1964, a seguir transcrito:

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Observa-se que o princípio de unidade de caixa estabelece que todos os ingressos e dispêndios do Município sejam controlados em único grupo que representará o Caixa da Entidade. No modelo PCASP, isto ocorre mediante o uso do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no Ativo Circulante.

Neste sentido, os depósitos restituíveis que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias, visto que em momento posterior os valores serão devolvidos aos respectivos depositantes, estão contabilizados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

d) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis, inclusive a constituição de ajuste para perdas.

e) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

f) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas, ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

g) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; empréstimos e financiamentos concedidos; investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas específicas nas respectivas operações.

Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

h) Ajustes para Perdas dos Créditos Tributários

O ajuste para perdas de créditos tributários é calculado a partir do saldo devedor e do histórico de recebimentos.

i) Ajuste para Perdas da Dívida Ativa

O ajuste para perdas de dívida ativa é calculado a partir do saldo devedor e do histórico de recebimentos.

j) Investimentos

As participações permanentes, classificadas como participações permanentes e demais investimentos, representam os investimentos realizados em empresas e consórcios públicos pelo Município.

Tais itens são mensurados e avaliados de acordo com o nível de influência que possuem, quando apresentam influência significativa, é utilizado o método da equivalência patrimonial e, nos casos em que a influência não seja relevante, emprega-se o método do custo de aquisição.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas, mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

k) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e a reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

l) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

m) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, da redução a valor recuperável, da depreciação, da amortização e da exaustão na Administração Pública Direta têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBCASP, e o MCASP.

n) Passivo circulante e não circulante

As obrigações do Município, obedecendo ao regime de competência, são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

o) Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras do Município a título de empréstimos e financiamento e estão representadas pelas operações de crédito internas – em contratos. Os juros são apropriados mensalmente de acordo com as respectivas taxas e atualizações.

p) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; provisões matemáticas e outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

O registro contábil das provisões referentes às ações judiciais nas quais o Município figura no polo passivo depende da implantação de um software jurídico contratado pelo município com o qual, acredita-se viabilizar o desenvolvimento de estratégias que possibilite as melhorias de tais controles.

q) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas DCASP, sendo registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas, quando relevantes. No Município os mecanismos de controle ainda não estão totalmente aprimorados de forma que permita a completa contabilização dos ativos e passivos contingentes.

r) Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

r.1) Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial é obtida mediante o confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a Entidade, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

r.2) Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do Município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

r.3) Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorrerem durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Município.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do Município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalente a caixa.

s) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) representa os recursos já entregues pelos sócios proprietários para o aumento do capital social de empresas, porém ainda pendente de integralização.

No modelo PCASP não há uma norma específica que descreva o tratamento para a figura do AFAC. De modo subsidiário, no modelo das IPSAS, a norma de número 28 (Financial Instruments: Presentation – Instrumentos Financeiros: Apresentação), descreve que o AFAC, somente será registrado como um instrumento patrimonial se:

1. O instrumento não possuir obrigação contratual de entregar caixa ou ativo financeiro a outra entidade ou trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente desfavoráveis ao emissor;
2. O instrumento será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais do próprio emitente e é um não derivativo que não inclui obrigação contratual de entrega de um número variável de seus próprios instrumentos patrimoniais ou é um derivativo que será liquidado somente pelo emitente por meio de troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro, por número fixo de seus próprios instrumentos patrimoniais.
3. Caso o AFAC não se adeque às condições anteriormente descritas deverá ser registrado e evidenciado como sendo um instrumento financeiro (passivo).

Desta maneira, nas empresas onde o Município é sócio o AFAC é registrado no patrimônio líquido a título de “adiantamento para futuro aumento de capital” e na mesma linha de raciocínio, no Município o ativo é registrado no grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, no Ativo Não Circulante.

t) Diretrizes gerais de remuneração das Empresas Estatais Municipal

Trata-se de normas e diretrizes gerais observadas quando da distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas das sociedades de economia mista e demais empresas controladas pelo Município.

Os acionistas têm direito a receber como dividendos obrigatórios, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social da empresa ou, quando este é omissivo, metade do lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976.

4 – Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Implantado o registro de depreciação dos bens móveis adquiridos ou incorporados a partir do exercício de 2020 e os bens incorporados antes desse período dependerão da conclusão do processo de inventário para ter o registro da depreciação.

5 – Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A Conformidade Contábil das demonstrações contábeis vem sendo realizada ao longo do exercício, de acordo com os procedimentos descritos nas normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e MCAPS. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados, além de permitir a sinalização de situações que possam causar distorções nos valores evidenciados.

Os Órgãos Superiores devem envidar esforços para a correção dos problemas contábeis durante o exercício, que ensejam no registro de restrições contábeis. Havendo a permanência de restrições contábeis ao final do exercício, deverão ser devidamente justificadas, com finalidade de esclarecer os motivos da permanência das restrições apontadas.

Foram detectadas as seguintes restrições contábeis:

- **Imobilizado** – os valores constantes nesse subgrupo contábil não atendem aos procedimentos contábeis patrimoniais, não tendo ocorrido o inventário, levantamento dos valores e, portanto, sem a aplicação da depreciação, amortização e exaustão dos bens móveis e imóveis.
 - Para os **bens móveis**, o Município iniciou em 2019 o processo de contratação, através do Pregão nº 0205/2019, firmado com a empresa Priori Serviços e Soluções, Contabilidade Eireli, cujo objeto contratual é a prestação de serviços de levantamento, avaliação patrimonial e atualização dos bens móveis que compõem o acervo patrimonial do Município de Londrina. A previsão era de que a empresa iniciasse os trabalhos de levantamento patrimonial ainda no primeiro trimestre de 2020, entretanto, em razão da pandemia do COVID-19 e das medidas emergenciais estabelecidas por Decretos Municipais, Estaduais e Federais, além da orientação da Autarquia Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, o início da execução do contrato necessitou ser adiado. Desse modo, a Ordem de Serviço foi emitida no dia 13/08/2020 para que a contratada inicie a execução da prestação de serviços de levantamento, avaliação patrimonial e atualização dos bens móveis que compõe o acervo patrimonial do Município de Londrina a partir de 25/01/2021.
 - Para os **bens imóveis** não houve avanço significativo no cumprimento do PIPCP, tendo sido reforçada a necessidade de cumprimento deste item ao departamento de gestão dos bens imóveis.
 - Os **bens intangíveis** estão sendo registrados conforme a incorporação decorrente da execução orçamentária, estando carente de reconhecimento, mensuração, evidenciação, amortização e baixas. Não há a determinação da vida útil e conseqüentemente não possuem registros de amortização.
- **Estoques** - os valores constantes nesse subgrupo contábil são resultantes de lançamentos de conciliação entre os sistemas contábil e de almoxarifado por não existir integração automatizada. Outro ponto que restringe a confiabilidade e fidelidade das informações é a ausência de inventário periódico.
- **Obrigações trabalhistas por competência** – não há integração entre os sistemas de recursos humanos e o sistema de contabilidade, os registros de 13º salário e Licença-Prêmio ocorreram por ajuste ao saldo remanescente apurado ao final de cada mês, não há no sistema de recursos humanos atual relatório que contemple o saldo das obrigações trabalhistas com férias dos servidores, portanto, o saldo dessa obrigação não consta nas DCASP. A implantação de novo sistema terceirizado de RH, iniciada em 2020, não obteve sucesso, resultou em processo administrativo para apuração de eventual responsabilidade (SE!! 19.008.067215/2020-11) e por fim, o sistema ainda não foi implantado.
- **Créditos a receber** - os valores registrados no sistema de contabilidade municipal nas contas de Créditos Tributários e Não Tributários, Dívida Ativa Tributária e Não Tributária apresentam divergência quando comparados aos valores constantes na composição do conta corrente do sistema tributário, necessitando de conciliação para apurar as possíveis divergências entres os sistemas informatizados tributário e contábil;
- **Os atos potenciais possuem as seguintes restrições:**
 - Os atos potenciais passivos, classificados na conta “**Execução de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar**” possuem registros

defasados, não tendo sido definido o órgão responsável pela alimentação dos registros no sistema; e

- **Provisões e Passivos Contingentes** - o registro contábil das provisões e passivos contingentes referentes às ações judiciais nas quais o Município figura no polo passivo, a Procuradoria-Geral do Município informou que não possui banco de dados ou possibilidade material para realizar levantamento com tal nível de detalhe, sobretudo se considerado o grande volume de ações judiciais sob os seus cuidados (aproximadamente 85 mil). A PGM complementa que embora tenha firmado contrato de licença de uso de software de gestão de processos, ainda não foi possível realizar tal análise, o que deve ser feito de forma manual e criteriosa em cada um das aproximadamente 15 mil ações em trâmite (excetuando as execuções fiscais).

6 – Balanço Patrimonial - Caixa e Equivalente a Caixa

O subgrupo “Caixa e Equivalente de Caixa” contempla os valores em caixa e em bancos para os quais não haja restrição de uso imediato, estando 100% segmentado em “Moeda Nacional”.

Tabela 1 - Caixa e Equivalente a Caixa

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	317.409.694,81	100,0	191.998.399,24	100,0	65,3
Caixa	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Banco Conta Movimento	10.625.859,52	3,3	4.793.054,73	2,5	121,7
Aplicações Financeiras:	306.783.835,29	96,7	187.205.344,51	97,5	63,9
Poupanças	7.800.943,06	2,5	8.952.642,41	4,7	-12,9
Fundo de Aplicações Financeiras	298.982.892,23	94,2	178.252.702,10	92,8	67,7

A seguir é demonstrada a composição da conciliação bancária:

Tabela 2 – Composição da Conciliação Bancária

COMPOSIÇÃO DA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	2020	AV%	2019	AV%	AH%
Saldo dos extratos financeiros no final do exercício.	307.702.960,51	99,66	187.460.077,72	96,25	64,1
(+) Entrada contabilizada e não considera nos extratos.	33.329.169,61	10,79	94.747.715,79	48,65	-64,8
(-) Saídas contabilizadas e não consideradas nos extratos	-32.277.911,51	-10,45	-87.452.538,06	-44,90	-63,1
Saldo dos extratos financeiros ajustados pela conciliação bancária	308.754.218,61	100,00	194.755.255,45	100,00	58,5
Saldo contábil "CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA"	317.409.694,81	102,80	191.998.399,24	98,58	65,3
(+) Entradas não consideradas pela contabilidade	2.001.159,67	0,65	8.311.396,72	4,27	-75,9
(-) Saídas não consideradas pela contabilidade	-10.656.635,87	-3,45	-5.554.840,51	-2,85	91,8
Saldo contábil "CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA" ajustado p/conciliação bancária	308.754.218,61	100,00	194.754.955,45	100,00	58,5

Desta forma, o saldo contábil ajustado pela conciliação bancária para o Grupo de Contas Caixa e Equivalentes de Caixa é de **R\$ 308.754.218,61**.

7 – Balanço Patrimonial - Créditos a Receber

Os créditos a receber estão divididos em dois grupos: (I) a curto prazo e (II) a longo prazo. Na tabela a seguir é apresentada a composição em 31/12/2020 e 31/12/2019.

Tabela 3 – Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO (I)	1.618.279.441,58	100,0	2.237.712.151,97	100,0	-27,7
Créditos Tributário a Receber	94.049.972,45	5,8	79.282.483,04	3,5	18,6
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	40.338.974,74	2,5	37.583.605,69	1,7	7,3
Imposto Transmissão Bens Imóveis - ITBI	3.302.179,72	0,2	2.750.782,97	0,1	20,0
Impostos Sobre Serviços - ISS	49.359.893,75	3,1	37.979.460,67	1,7	30,0
T a x a s	1.046.540,67	0,1	966.860,45	0,0	8,2
Contribuição de Melhoria	1.941,01	0,0	1.773,26	0,0	9,5
Contribuição p/Custeio do Serv. Iluminação Pública	442,56	0,0	0,00	0,0	100,0
Créditos de Transferências a Receber	10.290.620,37	0,6	9.546.694,76	0,4	7,8
Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	4.141.710,48	0,3	2.704.180,32	0,1	53,2
Cota-Parte do IPI Sobre Exportação	165.618,21	0,0	130.014,81	0,0	27,4
(-) Dedução para Formação do Fundeb	-869.746,63	-0,1	-566.899,01	0,0	53,4
Cota-Parte do ICMS	690.749,27	0,0	1.059.291,48	0,0	-34,8
Cota-Parte do IPVA	4.294.559,03	0,3	4.726.221,13	0,2	-9,1
Transferências de Recursos do Fundeb	2.864.791,67	0,2	2.650.988,54	0,1	8,1
(-) Dedução para Formação do Fundeb	-997.061,66	-0,1	-1.157.102,51	-0,1	-13,8
Dívida Ativa Tributária	1.086.543.225,49	67,1	1.093.388.889,25	48,9	-0,6
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	499.437.482,04	30,9	456.751.351,72	20,4	9,3
Imposto Transmissão Bens Imóveis - ITBI	3.874.107,10	0,2	3.824.427,74	0,2	1,3
Impostos Sobre Serviços - ISS	491.214.709,02	30,4	537.598.189,75	24,0	-8,6
T a x a s	81.471.211,62	5,0	77.839.825,30	3,5	4,7
Contribuição de Melhoria	6.901.673,16	0,4	7.528.976,81	0,3	-8,3
Outros Créditos da Dívida Ativa Tributária	3.600.312,81	0,2	9.846.117,93	0,4	-63,4
Outros Créditos da Dívida Ativa Tributária-COSIP	43.729,74	0,0	0,00	0,0	100,0
Dívida Ativa Não Tributária	427.395.623,27	26,4	1.055.494.084,92	47,2	-59,5
Contribuição de Iluminação Pública - COSIP	0,00	0,0	45.853,68	0,0	100,0
Impugnações e Imposições	108.004.790,96	6,7	63.102.996,47	2,8	71,2
Dívida Ativa Demais Créditos não Tributários a Curto Prazo	319.390.832,31	19,7	992.345.234,77	44,3	-67,8
(-) PROVISÃO DE PERDA (II)	-1.581.173.546,62	-97,7	-2.215.416.060,20	-99,0	-28,6
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo (II)	-1.581.173.546,62	-97,7	-2.215.416.060,20	-99,0	-28,6
TOTAL LÍQUIDO DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO	37.105.894,96	2,3	22.296.091,77	1,0	66,4

7.1 Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo – R\$ 94.049.972,45

Os créditos tributários a receber referem-se a Tributos lançados contra contribuintes e pendentes de quitação. (Ver restrição de conformidade contábil – [NE 5](#))

7.2 Créditos de Transferências a Receber – R\$ 10.290.620,37

Os Créditos de Transferências a Receber compreendem o registro patrimonial, considerando o regime de competência, dos valores que o Município tem a receber da União e do Governo do Estado do Paraná.

7.3 Dívida Ativa Tributária – R\$ 1.086.543.225,69

A Dívida Ativa Tributária abrange os créditos a favor do Município, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade. A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 39, § 2º, define como Dívida Ativa Tributária o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.

Os créditos provenientes das demais origens são considerados Dívida Ativa Não Tributária.

A Secretaria Municipal de Fazenda responde por praticamente 100% do saldo existente na Dívida Ativa Tributária. A gestão Dívida Ativa está a cargo da Procuradoria-Geral do Município de forma integrada.

A composição demonstrada a acima da Dívida Ativa Tributária é composta de impostos, taxas, contribuições e outros créditos da Dívida Ativa Tributária. (Ver restrição de conformidade contábil – [NE 5](#))

7.4 Dívida Ativa Não Tributária – R\$ 427.395.623,27

Os créditos provenientes das demais origens, demonstrado nesta mesma na tabela, são considerados Dívida Ativa Não Tributária, que corresponde Contribuições de Iluminação Pública, Impugnações e Imposições e outros Créditos a Receber.

7.5 (-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo – R\$ 1.581.173.546,62

Tabela 4 – Detalhamento dos Ajustes de Perdas de Crédito a curto prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-1.581.173.546,62	100,0	-2.215.416.060,20	100,0	-28,6
1. Ajuste de Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa	-64.130.928,55	4,1	-63.610.365,42	2,9	0,8
2. Ajustes de Perdas de Créditos Tributários	-9.564.546,87	0,6	-10.079.445,79	0,5	-5,1
3. Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	-1.080.099.543,75	68,3	-1.088.427.442,40	49,1	-0,8
4. Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária	-427.378.527,45	27,0	-1.053.298.806,59	47,5	-59,4

O cálculo do ajuste para perdas dos créditos foi realizado pela Diretoria de Arrecadação da Secretaria Municipal de Fazenda e foi obtido com base no Histórico de Recebimentos Passados, conforme as informações dispostas no resumo da tabela a seguir.

AJUSTE DE PERDAS PARA 2020

1) Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária" foi adotado a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2017, 2018 e 2019), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), concluindo-se pela adoção dos seguintes índices:

1.1.2.9.1.03.01.00.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	99,508%
1.1.2.9.1.03.01.01.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - IPTU	99,025%
1.1.2.9.1.03.01.02.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ITBI	99,159%
1.1.2.9.1.03.01.03.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ISS	99,850%
1.1.2.9.1.03.01.04.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - TAXAS	99,072%
1.1.2.9.1.03.01.05.00.00.00.00	- AJUSTE PERDAS D.A.TRIB.-CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	99,554%

2) Para realizar o "**Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária**" foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão percentual do Saldo do Respeetivo Crédito Tributário pela Soma do Saldo Inicial e do respectivo Débito, concluindo-se pela adoção do seguinte índice:

(-) AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA 99,996%

3) Para realizar o "**Ajuste de Perdas de Créditos Tributários**" foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão percentual do Saldo do Respeetivo Crédito Tributário pela Soma do Saldo Inicial e do respectivo Débito, concluindo-se pela adoção dos seguintes índices:

1.1.2.9.1.02.01.00.00.00.00.00	- (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	8,464%
1.1.2.9.1.02.01.01.00.00.00.00	- (-) IPTU	8,151%
1.1.2.9.1.02.01.02.00.00.00.00	- (-) ITBI	3,942%
1.1.2.9.1.02.01.03.00.00.00.00	- (-) ISS	12,427%
1.1.2.9.1.02.01.04.00.00.00.00	- (-) TAXAS	0,965%
1.1.2.9.1.02.01.04.01.00.00.00	- (-) TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0,617%
1.1.2.9.1.02.01.04.02.00.00.00	- (-) TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1,364%
1.1.2.9.1.02.01.05.00.00.00.00	- (-) CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	17,969%

4) Para realizar o "**Ajuste de Perdas de Créditos Não Tributários**" foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão do Saldo do Crédito Tributário pelo respectivo Débito, concluindo-se pela adoção do seguinte índice:

(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS 68,867%

8 – Balanço Patrimonial - Demais Créditos e Valores

Os Demais Créditos e Valores estão segregados em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) longo prazo, na tabela a seguir é apresentada a composição.

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2020			EXERCÍCIO DE 2019		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO E LONGO PRAZO	123.719.316,14	592.092,66	124.311.408,80	133.080.498,87	592.092,66	133.672.591,53
Adiantamentos Concedidos	240,00	0,00	240,00	2.651,20	0,00	2.651,20
Tributos a Recuperar / Compensar	3.558.413,88	0,00	3.558.413,88	3.427.098,02	0,00	3.427.098,02
Crédito a Receber por Descentralização da Prestação de serviços Públicos	1.383.220,39	0,00	1.383.220,39	0,00	0,00	0,00
Créditos por Danos ao Patrimônio	17.109.463,20	0,00	17.109.463,20	17.062.726,42	0,00	17.062.726,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.545.106,24	0,00	8.545.106,24	11.237.257,69	0,00	11.237.257,69
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto e Longo Prazo	93.122.872,43	592.092,66	93.714.965,09	101.350.765,54	592.092,66	101.942.858,20

O subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo” apresentou uma redução de 7 % em comparação ao final do exercício anterior.

A seguir são apresentados os detalhamentos das contas no curto e Longo prazo.

8.1 – Adiantamentos Concedidos – R\$ 240,00

Compreende os valores registrados que estavam pendentes de devolução e/ou prestação de contas e que serão regularizados no próximo exercício.

8.2 – Tributos a Recuperar/ Compensar – R\$ 3.558.413,88

Contribuição ao INSS (RGPS) a compensar no valor de R\$ 3.558.413,88, que corresponde ao direito reconhecido referente à contribuição previdenciária (cota patronal) incidente sobre os subsídios de cargos eletivos municipais (Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores), presente nos autos nº **2005.70.01.007123-4**. Encontra-se em análise a forma de compensação a ser realizada após o deferimento do pedido de habilitação do crédito perante a Secretaria da Receita Federal.

8.3 – Créditos por Danos ao Patrimônio – R\$ 17.062.726,42

8.3.1 - Valores apurados em Tomada de Contas Especial decorrentes de reprovação na prestação de contas de convênios e subvenções.

8.4 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – R\$ 8.545.106,24

8.4.1 – Depósitos Judiciais de R\$ 73.408,64 que correspondem a pagamentos de saques em contas bancárias determinados pelo Tribunal de Justiça do Paraná em garantia de pagamento de processos em andamento;

8.4.2 – Depósitos Restituíveis Vinculados em Conta Especial de Precatório – Controlados pelo Tribunal de Justiça apresenta um saldo de no valor de R\$ 8.471.697,60, cujos valores são efetuados mensalmente para pagamentos de precatório e posterior baixa das obrigações.

8.5 – Outros Créditos a Receber a Curto Prazo – R\$ 93.122.872,43

Dentre os créditos a receber do Município, temos:

8.5.1 – Créditos a Receber - R\$ 720,24, decorrente de infrações legais e contratuais;

8.5.2 – Crédito a Receber – R\$ 500,62, de reembolso de salário maternidade pago;

8.5.3 - Outros Créditos Diversos Inscritos – R\$ 5.483.281,95, referem-se a créditos pendentes a regularizar de órgãos da administração indireta e terceiros pelo fornecimento de bens, materiais e serviços repassados, assim como créditos previdenciários suportados pelo Município perante o Instituto Nacional de Previdência Social, mediante desconto junto ao Fundo de Participação do Município;

8.5.4 - Outros Créditos a Receber de Devedores Diversos – R\$ 709.599,10, – Créditos pendentes a regularizar com entidades da administração indireta referentes a garantias concedidas, cujo desconto ocorreu pelo Fundo de Participação do Município, e de terceiros, pelo atendimento no fornecimento de bens, materiais e serviços, assim como crédito previdenciário suportado a regularizar.

8.5.5 – Outros Créditos a Receber e valores a curto prazo (1.1.3.8.2.)

8.5.5.1 - Créditos a Receber Decorrentes de Concessões e Permissões – R\$ 5.709,34 (1.1.3.8.2.02) – Corresponde a transferência de bens móveis de informática, cedidos temporariamente para entidade da administração indireta.

8.5.5.2 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - R\$ 86.923.061,18 (1.1.3.8.2.99) - Refere-se ao valor de principal e de multas e juros sobre os créditos não tributários a receber referentes a exercícios anteriores a 2020, de diversas origens, que não estão participando do processo de integração, porém controlado pelo Sistema Tributário. Este reconhecimento, por ora, foi através de suporte documental do sistema tributário do Município.

8.6 - Depósitos Judiciais – Créditos a Receber em Poder da Justiça de “Longo Prazo” – R\$ 592.092,66, referem-se a Depósitos Judiciais de desapropriações de imóveis para o atendimento de atividades de interesse público, ligado ao mandado de sequestro da 6ª Vara Cível dos autos n.º 55.981/2011, e aos autos 162-84/1990 de compensação de créditos.

Essa conta evidencia os principais valores a serem repassados ou compensados pela participação em tributos de outras esferas de governo reconhecidos na data de competência a serem baixados na data de sua efetivação;

9 – Balanço Patrimonial - Estoques

Os estoques classificados em almoxarifado se destinam ao consumo próprio nas atividades desenvolvidas pelo Município e estão distribuídos conforme tabela apresentada a seguir: (Ver restrição de conformidade – [NE 5](#))

Tabela 6 – Estoque em Almoxarifado

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
ALMOXARIFADO - Estoque	6.113.977,08	100,0	3.713.668,08	100,0	64,6
Material de Consumo	3.191.209,76	52,2	1.624.673,42	43,7	96,4
Gêneros Alimentícios - Outros Gêneros Alimentícios	21.337,92	0,3	41.306,88	1,1	-48,3
Materiais de Construção	1.965.580,48	32,1	1.263.762,85	34,0	55,5
Combustíveis e Lubrificantes em Geral	77.127,47	1,3	89.696,86	2,4	-14,0
Autopeças	265.447,74	4,3	309.614,52	8,3	-14,3
Materiais de Expediente	593.273,71	9,7	384.613,55	10,4	54,3

10 – Balanço Patrimonial - Investimentos

Os investimentos do Município são reunidos em participações permanentes, propriedade para investimentos, demais investimentos permanentes e consórcios públicos ajustados dentro da participação proporcional de equivalência patrimonial e/ou, pela atualização do mercado, distribuídos nas seguintes participações:

Tabela 7 - Investimentos

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
INVESTIMENTOS	129.830.001,67	100,0	162.271.892,26	100,0	-20,0
Participações Avaliadas Pelo Método de Equivalência Patrimonial	129.788.378,65	100,0	162.242.679,06	100,0	-20,0
Participações em Empresas	106.477.278,77	82,0	142.216.242,49	87,6	-25,1
Sercomtel Telecomunicações S/A.	505.539,26	0,4	37.296.347,31	23,0	-98,6
Companhia de Habitação de Londrina - Cohab-Ld	97.503.224,19	75,1	104.841.710,78	64,6	-7,0
Condomínio Terminal Rodoviário de Londrina - TRL	88.166,33	0,1	78.184,40	0,0	12,8
Sercomtel Iluminação S/A.	6.262.177,66	4,8	0,00	0,0	100,0
Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.	2.118.171,33	1,6	0,00	0,0	100,0
Participações em Consórcios Públicos	976.012,01	0,8	727.348,70	0,4	34,2
Consórcio Intermunicipal Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região - CISMEL	824.512,01	0,6	625.848,70	0,4	31,7
Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional da Bacia Cafezal - CIDREBAC	151.500,00	0,1	101.500,00	0,1	49,3
Adiantamento para Aumento de Capital	22.335.087,87	17,2	19.299.087,87	11,9	15,7
Adiantamento para Aumento de Capital de Empresas	22.335.087,87	17,2	19.299.087,87	11,9	15,7

Participações Avaliadas Pelo Método de Custos	41.623,02	0,0	29.213,20	0,0	42,5
Participações em Empresas	41.623,02	0,0	29.213,20	0,0	42,5
Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA	14.879,60	0,0	14.879,60	0,0	0,0
Petróleo Brasileiro S/A. - Petrobras	5.288,00	0,0	5.815,20	0,0	-9,1
Central de Abastecimento do Paraná S/A - Ceasa-Pr	21.455,42	0,0	8.518,40	0,0	151,9

As participações societárias do Município englobam aquelas realizadas em empresas estatais. As participações em empresas sobre as quais o Município tem influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, já as demais são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição.

O Município participa como consorciado, de entidades de consórcios públicos que prestam serviços a diversos municípios de abrangência regional, cuja despesas são de rateio com municípios integrante de cada consórcio, em serviço de segurança pública e de conservação de estradas rurais.

A participação na empresa estatal independente Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU apresentou valores zerados tendo em vista que o patrimônio líquido da empresa é negativo e conseqüentemente passou ser representada no passivo proporcional à participação conforme [Nota nº 18](#).

No exercício o Município procedeu a venda de sua participação acionária na empresa Sercomtel Telecomunicações S/A. na qual era detentora de 55% das Ações Ordinárias e 41% das Ações Preferenciais, autorizada pela Lei 12.871/2019 de 12 de junho de 2019, proceder à alteração do controle acionário da Sercomtel Telecomunicações S/A., e a desestatização condicionada a transferência para o Município das empresas subsidiárias Sercomtel Iluminação e Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Em 16 de setembro de 2020 foi firmado o Contrato de Cessão do Direito de Preferência para subscrição e integralização de ações ordinárias, repassando o Direito de Preferência para subscrição e integralização das ações ordinárias e outras avenças, para a Empresa Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a qual foi vencedora em Leilão realizado em 10/08/2020 e 18/08/2020 na B3 S.A Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), do qual foi firmado o Contrato.

11 – Balanço Patrimonial - Imobilizado

O imobilizado do Município está segregado em dois grupos (I) bens móveis; e (II) bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a sua composição.

Tabela 8 – Imobilizado

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
IMOBILIZADO	2.414.816.868,68	100,0	2.282.163.883,17	100,0	5,8
Bens Móveis	123.926.713,75	5,1	112.725.250,09	4,9	9,9
Bens Móveis	125.524.878,76	5,2	112.725.250,09	4,9	11,4
(-) Depreciação de Bens Móveis	-1.598.165,01	-0,1	0,00	0,0	-100,0
Bens Imóveis	2.290.890.154,93	94,9	2.169.438.633,08	95,1	5,6
Bens Imóveis	2.290.890.154,93	94,9	2.169.438.633,08	95,1	5,6
(-) Depreciação de Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

11.1 Bens Móveis

Em 31/12/2020, o valor líquido contábil dos bens móveis do Município foi de R\$ 123,9 milhões, conforme detalhamento apresentado abaixo.

Tabela 9 – Bens Móveis

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
BENS MÓVEIS	123.926.713,55	100,0	112.725.250,09	100,0	9,9

MÓVEIS	125.524.878,76	101,3	112.725.250,09	100,0	11,4
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	39.068.925,14	31,5	35.785.224,87	31,7	9,2
Bens de Informática	21.651.372,92	17,5	19.770.739,94	17,5	9,5
Móveis e Utensílios	16.551.404,78	13,4	15.389.222,29	13,7	7,6
Materiais Culturais, Educação e de Comunicação	3.670.938,79	3,0	3.504.046,67	3,1	4,8
Veículos	42.174.484,86	34,0	36.038.451,88	32,0	17,0
Armamentos	711.084,00	0,6	700.884,00	0,6	1,5
Demais Bens Móveis	1.696.668,27	1,4	1.536.680,44	1,4	10,4
(-) DEPRECIÇÃO, EXASTÃO E AMORTIZ. ACUMULADA	-1.598.165,21	-1,3	0,00	0,0	-100,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	-1.598.165,21	-1,3	0,00	0,00	100,0

As contas do Título Bens Móveis possuem restrição de conformidade contábil – [NE 5](#).

11.2 Bens Imóveis

Os bens imóveis correspondem a 94,9% do subgrupo de contas do Imobilizado e estão segregados de acordo com as tabelas abaixo:

Tabela 10 – Bens Imóveis

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS	2.290.890.154,93	100,0	2.169.438.633,08	100,0	5,6
Bens de Uso Especial	875.643.057,11	38,2	881.574.938,97	40,6	-0,7
Bens Dominicais	99.631.673,94	4,3	75.308.802,85	3,5	32,3
Bens de Uso Comum do Povo	1.196.975.970,51	52,2	1.148.623.377,17	52,9	4,2
Bens Imóveis em Andamento	105.240.591,75	4,6	50.619.466,35	2,3	107,9
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	6.619.901,61	0,3	6.533.087,73	0,3	1,3
Demais Bens Imóveis	6.778.960,01	0,3	6.778.960,01	0,3	0,0
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0

As contas do Título Bens Imóveis possuem restrição de conformidade contábil – [NE 5](#).

11.2.1 - Bens de Uso Especial

Dentre os bens imóveis, merecem destaque os Bens de Uso Especial conforme detalhamento apresentado nas tabelas abaixo.

Tabela 11 - Bens de Uso Especial

DESCRIÇÃO DA CONTA	2020	AV%	2019	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL	875.643.057,11	100,0	881.574.938,97	100,0	-0,7
Terrenos e Glebas	671.582.282,37	76,7	682.279.805,65	77,4	-1,6
Imóveis de Uso Educacional	96.932.204,91	11,1	96.039.157,07	10,9	0,9
Edifícios	52.618.825,25	6,0	50.957.140,06	5,8	3,3
Imóveis de Uso Recreativos	28.713.407,16	3,3	27.750.375,27	3,1	3,5
Hospitais e Unidades de Saúde	9.488.252,92	1,1	9.488.252,92	1,1	0,0
Aquartelamentos (Bombeiros)	6.319.759,87	0,7	6.319.759,87	0,7	0,0
Aeroportos, Estações e Aeródromos	4.155.014,51	0,5	4.120.174,51	0,5	0,8
Cemitérios	2.645.020,00	0,3	2.645.020,00	0,3	0,0
Museus/Palácios	2.135.234,48	0,2	922.197,98	0,1	131,5

Armazéns/Galpões	717.028,83	0,1	717.028,83	0,1	0,0
Imóveis Comerciais	230.093,57	0,0	230.093,57	0,0	0,0
Outros Bens de Uso Especial	93.135,00	0,0	93.135,00	0,0	0,0
Imóveis Residenciais	12.798,24	0,0	12.798,24	0,0	0,0
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0

Os Bens Imóveis de Uso Especial correspondem a 38,2% dos bens imóveis e são aqueles afetados às finalidades das atividades públicas municipais.

11.2.2 - Bens Dominicais

Tabela 12 - Bens Dominicais

DESCRIÇÃO DA CONTA	2020	AV%	2019	AV%	AH%
BENS DOMINICAS	99.631.673,94	100,0	75.308.802,85	100,0	32,3
Edifícios - Operações Ordinárias	49.325,01	0,0	49.325,01	0,1	0,0
Terrenos - Operações Ordinárias	87.400.707,15	87,7	63.077.836,06	83,8	38,6
Outros Bens Dominicais	12.181.641,78	12,2	12.181.641,78	16,2	0,0
Edificações FNHIS – Habit.de Interesse Social	7.300.628,49	7,3	7.300.628,49	9,7	0,0
Terrenos FNHIS – Habit. de Interesse Social	4.881.013,29	4,9	4.881.013,29	6,5	0,0
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0

Os Bens Imóveis Dominiais correspondem a 4,3% dos Bens Imóveis e são aqueles que, apesar de constituírem o patrimônio de domínio público, não possuem uma destinação específica, como os bens de uso especial e não estão afetados ao uso comum do povo.

O Município participa do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), de interesse social, do Governo Federal, que visa ações de integração dos assentamentos precários ao tecido urbano, através de programas de regularização fundiária – urbanística e jurídica – e do desenvolvimento de projetos sociais de geração de trabalho, renda e capacitação profissional nestas áreas; a articulação da política habitacional às demais políticas sociais, ambientais e econômicas; a integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano e ao Plano Diretor; e o apoio à implantação dos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade atendendo ao princípio constitucional da função social da cidade e da propriedade. Foram construídas 293 Unidades Habitacionais, com 30,00m² cada, no Conjunto Habitacional Horizonte II, em terreno que corresponde a 39.715,05 m², no atendimento à população de baixa renda. Para completar o empreendimento falta ainda a incorporação de R\$ 300.718,67, de obras complementares e de reparos nas edificações, conforme demonstra a tabela de Obras em Andamento

11.2.3 - Bens Uso Comum do Povo

Tabela 13 - Bens de Uso Comum do Povo

DESCRIÇÃO DA CONTA	2020	AV%	2019	AV%	AH%
BENS DE USO COMUM DO POVO	1.196.995.970,51	100,0	1.148.623.377,17	100,0	4,2
Ruas, Logradouros e Estradas	417.388.542,15	34,9	401.274.210,13	34,9	4,0
Praças, Parques e Bosques	706.969.153,69	59,1	710.432.660,57	61,9	-0,5
Pontes e Viadutos	13.869.522,47	1,2	10.789.022,47	0,9	28,6
Outros Bens de Uso Comum do Povo	58.768.752,20	4,9	26.127.484,00	2,3	124,9
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0

Quanto aos Bens de Uso Comum do Povo correspondem a 52,3% dos Bens Imóveis, sendo quase sua totalidade composta de Ruas, Logradouros e Estradas, Pontes e Viadutos, Praças, Parques e Bosques e Outros Bens de Uso Comum do Povo, como Iluminação Pública, Galerias de Águas Pluviais etc. Destaca-se

neste título de contas o investimento que vem sendo feito pelo Município nas obras de iluminação pública, saneamento de fundo de vales e galerias pluviais.

11.2.4 - Bens Imóveis em Andamento

Já em relação aos Bens Imóveis em Andamento, que se refere às Obras em andamento, aos Estudos e Projetos, cujo saldo no final do período foi de R\$ 105.240.291,75, representa um acréscimo de 104,8%, em relação com o exercício anterior, correspondente às obras de construção e reforma de escolas, edifícios públicos, readequação viária de ruas, avenidas e estradas, pavimentação e recape asfáltico, implantação de sistemas viários, viadutos e no saneamento básico na recuperação fundo de vales.

Tabela 14 – Detalhamento das Obras em Andamento no Final do Exercício

DESCRIÇÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO	2020	2019
OBRAS EM ANDAMENTO	104.611.336,77	50.827.278,09
AVENIDA PREFEITO FARIA LIMA.	3.735.816,24	3.185.979,59
AVENIDA DOM GERALDO FERNANDES (LESTE-OESTE - PARTE W)	7.728.234,45	0,00
AVENIDA AMINTHAS DE BARROS	1.564.468,72	846.113,95
RUA SENADOR SOUZA NAVES	1.051.408,06	844.162,00
AVENIDA GUILHERME DE ALMEIDA	2.001.171,06	0,00
AVENIDA WINSTON CHURCHILL	5.729.172,32	0,00
TERRENO PML COM 26.784,82 M² DO JARDIM LAGOA DOURADA	409.348,71	0,00
ESTRADA RODOVIA MUN. GUSTAVO AVELINO CORREIA (RIO TAQUARA)	1.848.783,89	1.195.358,64
TERRENO SPL 2 /18.890,51 M² DO CH MARIA CECÍLIA S. DE OLIVEIRA	173.400,96	0,00
SISTEMA VIÁRIO ARCO LESTE PARA INTEGRAÇÃO DA PR-445 A BR-369	8.947.333,65	963.575,44
AVENIDA AYRTON SENNA DA SILVA E VIADUTO	678.142,54	0,00
ESTRADA DOS PIONEIROS	791.305,19	0,00
RUA SERGIPE	0,00	853.052,82
AVENIDA FRANCISCO GABRIEL ARRUDA	5.005.563,76	444.521,35
RUA PERU	867.347,08	0,00
TERRENO QUADRA 36 CENTRO COM 12.075,00 M² - BOSQUE MUNICIPAL	0,00	383,64
RUA SOITI TARUMA	0,00	44.500,00
TERRENO QUADRA 36-A CENTRO COM 8.560,00 M² - BOSQUE MUNICIPAL	0,00	271,93
RUA ANTONIO DE MORAES BARROS	463.804,53	358.261,14
RUA PROF. JOAQUIM DE MATOS BARRETO	180.700,12	0,00
RUA BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO	160.460,16	0,00
AV. ABÉLIO BENATTI (AVENIDA LESTE-OESTE - PARTE W)	5.883.964,57	0,00
ALAMEDA YUTAKA MIZUBUTI	25.614,18	0,00
RUA DOM BOSCO	204.009,86	0,00
BIBLIOTECA PÚBLICA E TEATRO MUNICIPAL "ZAQUEU DE MELO"	0,00	191.323,74
E.M. PROFESSOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO	0,00	540.444,26
GINASIO DE ESPORTE DO NUCLEO BANDEIRANTES	0,00	0,00
MUSEU DE ARTES DE LONDRINA	0,00	1.013.305,21
TEATRO MUNICIPAL DE LONDRINA DO COMPLEXO "MARCO ZERO"	9.783.452,94	9.783.452,94
CENTRO ESPORTIVO MARIA CECILIA - CONJ.HAB.MARIA CECILIA	1.312.860,77	0,00
GINÁSIO DE ESPORTE PROFESSOR DARCI CORTEZ " MORINGÃO "	0,00	267.399,46
CONJ. HABIT. HORIZONTE "II" DE LDNA - FMHL - EDIF. DE UNID.HAB.	300.718,67	310.272,71
C.M.E.I. DIRCE DE ALMEIDA BARROS BAPTISTA	1.982.165,48	2.076.519,60
C.M.E.I. DO DISTRIO DE LERROVILLE NA REGIÃO RURAL	2.035.478,13	1.872.893,46
TERMINAL DE ÔNIBUS URBANO DO CONJ. HAB. VIVI XAVIER	5.056.664,46	2.288.860,34
PRÉDIO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	893.684,74	0,00
C.C.I. CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO DA REG. NORTE - CJ.HAB.	0,00	1.433.607,68
C.M.E.I. - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO JARDIM BELLEVILLE	2.010.550,82	2.116.493,92

C.M.E.I. - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO JARDIM SANTA	3.245.461,17	3.060.790,23
C.M.E.I. - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO JARDIM TARUMÃ	2.123.897,38	2.519.665,73
PREDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ANTIGO MERCADO	0,00	209.259,29
CREAS II - JARDIM DO SOL	214.846,45	0,00
VIADUTO EDSON DE JESUS DELIBERADOR - AV. DEZ DE DEZEMBRO	17.337.296,86	10.938.721,54
TERMINAL URBANO DE TRANSPORTE COLETIVO MILTON GAVETTI	3.570.072,33	0,00
PONTE SOBRE O RIBEIRÃO CAFEZAL	83.484,00	0,00
PONTE SOBRE O RIBEIRÃO TRÊS BOCAS	164.391,48	0,00
PONTE SOBRE O RIBEIRÃO ESPERANÇA, NA AV. SOITI TARUMA	0,00	1.850.490,01
EDIFÍCIO DO TECNOCENTRO PARTE "B" C/3.144,93 M² - CENTRO	1.279.617,62	0,00
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASS. SOCIAL - CREAS II	13.091,67	0,00
ESCOLA MUNICIPAL MORADAS DE PORTUGAL	2.730.661,75	0,00
C.M.E.I. - PROINFÂNCIA - NOVA ESPERANÇA	517.054,18	0,00
GALERIA PLUVIAL DA AVENIDA BRASILIA	766.155,44	524.420,12
GALERIA PLUVIAL LOTE 342 GL. JACUTINGA (JARDIM LEONOR)	0,00	0,00
GALERIA PLUV. A R. MADRE HENRIQUETA DOMINICI ATÉ O CÓRR.ROSEIRA	0,00	203.646,87
GALERIA PLUVIAL SOB RUAS EDMUNDO GONÇALVES, ALEXANDRE SAHYUN	0,00	300.000,87
GALERIA PLUVIAL SOB R. ALFAZEMA, AV. ERNANI LACERDA DE ATHAYDE ATÉ	0,00	0,00
GALERIA PLUVIAL SOB AV. VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, R. ALCINA A. DE	0,00	589.529,61
GALERIA PLUVIAL ESTRADA LONDRINA WARTA	487.777,77	0,00
GALERIA PLUVIAL DA RUA PIRAPÓ	179.764,31	0,00
GALERIA PLUVIAL RUA WALDIR DE AZEVEDO	1.072.138,30	0,00
ESTUDOS E PROJETOS EM ANDAMENTO	629.254,98	549.458,39
AVENIDA DEZ DE DEZEMBRO - VIA EXPRESSA NORTE-SUL	48.195,70	0,00
RUA BOLÍVIA	4.573,99	0,00
RUA ADRIÁTICO	6.100,92	0,00
AVENIDA RIO BRANCO	247.500,00	231.208,39
AVENIDA SAUL ELKIND	49.614,25	0,00
IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS RURAIS	0,00	206.050,00
RUA PERU	9.829,39	0,00
RUA SOITI TARUMA	0,00	51.000,00
RUA PEDRO BOTELHO DE REZENDE	71.720,00	0,00
CREAS II - JARDIM DO SOL	0,00	13.260,00
C.R.A.S. OESTE A, DO JARDIM MARACANÃ	9.800,00	9.800,00
TERMINAL URBANO DE TRANSPORTE COLETIVO MILTON GAVETTI	0,00	34.840,00
PRÉDIO SEDE DO CONSELHO TUTELAR OESTE	0,00	3.300,00
RESTAURANTE POPULAR DA ZONA NORTE	103.799,98	0,00
PONTE SOBRE O CÓRREGO GRAMADINHO	61.409,00	0,00
CONDOMÍNIO DO IDOSO COMPOSTO POR 40 UNID HABITACIONAIS	3.894,00	0,00
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA REGIÃO SUL "A"	12.817,75	0,00
T O T A I S	105.240.591,75	51.376.736,48

11.2.5 - Benfeitorias em Propriedade de Terceiros

As Benfeitorias em Propriedade de Terceiros, são obras ou benfeitorias realizadas em edificações disponibilizadas ao Município, cuja propriedade pertença a órgão da administração indireta ou ao Governo do Estado.

11.2.6 - Demais Bens Imóveis

Quanto os Demais Bens Imóveis, são aqueles em poder de terceiros nas mesmas circunstâncias, transcrita na nota acima.

12 – Balanço Patrimonial - Intangível

O Ativo Intangível do Município no final do exercício totalizou aproximadamente R\$ 16.985.758,29 conforme tabela a seguir.

Tabela 15 – Bens Intangíveis

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
BENS INTANGÍVEIS	16.985.758,29	100,0	16.670.580,23	100,0	1,9
Softwares	793.362,27	4,7	793.362,27	4,8	0,0
Softwares - Com Vida Útil Definida	793.362,27	4,7	793.362,27	4,8	0,0
(-) Depreciação de Bens Intangíveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Direito de Uso de Imóveis	16.192.396,02	95,3	15.877.217,96	95,2	2,0
Direito de Uso de Imóveis de Prop.do Governo do Estado	4.941.541,84	29,1	4.941.541,84	29,6	0,0
Direito de Uso de Imóveis de Prop.de Órgãos da Administração Indireta	11.250.854,18	66,2	10.935.676,12	65,6	2,9

Este quadro demonstra o valor dos bens intangíveis em dezembro de 2019, no montante de R\$ 16.985.758,29 sendo que R\$ 793.362,27, se referem a softwares sujeitos a amortização, entretanto, não houve essa redução cujos procedimentos ainda não foram iniciados, pendente de levantamento e reavaliação de bens. Quanto aos demais itens, referem-se ao direito de uso de imóveis de propriedade do Governo do Estado e de órgão da Administração Indireta, como a COHAB-LD, de escolas, mercados, centro de comunitários, esportivos e de convivência, e outros imóveis de uso administrativos, que deverão ser devolvidos após o encerramento da concessão de uso. A conta Bens Intangíveis possui restrição de conformidade contábil – [NE 5](#)

13 – Balanço Patrimonial - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O subgrupo das “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar” está segregado em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) longo prazo, na tabela a seguir é apresentada a composição.

Tabela 16 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2020			EXERCÍCIO DE 2019		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
OBRIGAÇÕES, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR DE CURTO E LONGO PRAZO	26.950.177,42	263.983.788,93	290.933.966,35	13.553.157,49	286.994.620,16	300.547.777,65
1. Pessoal a Pagar	995.545,56	0,00	995.545,56	2.048.008,95	0,00	2.048.008,95
1.1. Salários, Remunerações e Benefícios de Exercícios Anteriores	222.273,42	0,00	222.273,42	36.075,54	0,00	36.075,54
1.2. Décimo Terceiros Salários	0,00	0,00	0,00	224,95	0,00	224,95
1.3 Férias	16.931,59	0,00	16.931,59	346,08	0,00	346,08
1.3. Licença Prêmio	756.340,55	0,00	756.340,55	2.011.362,38	0,00	2.011.362,38
2. Precatório de Pessoal - Regime Ordinário	1.232.688,28	46.348.066,20	47.580.754,48	1.194.478,47	64.560.934,46	65.755.412,93
2.1. Precatório de Pessoal - Regime Ordinário - Antes de 05/05/2000	0,00	82.957,69	82.957,69	0,00	82.957,69	82.957,69
2.2. Precatório Pessoal - Reg. Ordinário - A Partir de 05/05/2000 Venc. e Não Pagos	1.206.311,50	34.417.248,19	35.623.559,69	1.194.478,47	52.427.935,00	53.622.413,47
2.3. Precatório de Pessoal - Regime Ordinário - A Partir de 05/05/2000 - Não Vencido	26.376,78	11.847.860,32	11.874.237,10	0,00	12.050.041,77	12.050.041,77
3. Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00	0,00	14.259,24	0,00	14.259,24
3.1. Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício	0,00	0,00	0,00	14.259,24	0,00	14.259,24
4. Encargos Sociais a Pagar	24.721.943,58	217.635.722,73	242.357.666,31	10.296.410,83	222.433.685,70	232.730.096,53
4.1. Contribuições ao RGPS a Pagar	99.060,53	17.369.125,91	17.468.186,44	12.963,09	18.472.901,58	18.485.864,67
4.2. Encargos Sociais a Pagar	9.414.017,64	200.266.596,82	209.680.614,46	9.414.128,24	203.960.784,12	213.374.912,36

Intra OFSS (RPPS)						
4.3 Outros Encargos Sociais	14.340.042,85	0,00	14.340.042,85	496,94	0,00	496,94
4.4. Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União (INSS)	868.822,56	0,00	868.822,56	868.822,56	0,00	868.822,56

As contas do subgrupo das “**Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar**” apresentam restrição de conformidade contábil – [NE 5](#).

O aumento nos **Encargos Sociais a Pagar** se deve à suspensão do repasse dos encargos patronais ao Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais.

Com a revogação expressa do art. 2º da lei n. 13.034/2020, pelo art. 17 da lei 13.192/2020, e após resposta da Consulta Jurídica, pelo Parecer Jurídico n.º 153/2021, interpretando que não mais subsiste a obrigação, legal, de aporte ao fundo decorrente dessa suspensão, os valores serão baixados no exercício de 2021.

As contas de **Precatório de Pessoal** representam as requisições de pagamento contra a Fazenda Pública decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, disciplinados pelo art. 100 da CF/1988.

14 – Balanço Patrimonial - Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazos estão sob a gestão da Secretaria da Fazenda e as Dívidas do Município são atualizadas obedecendo-se ao regime de competência tão logo os índices oficiais de atualização são divulgados.

Tabela 17 – Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2020			EXERCÍCIO DE 2019		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE CURTO E LONGO PRAZO	32.421.491,71	107.407.253,81	139.828.745,52	44.500.475,20	60.022.145,12	104.522.620,32
1. Empréstimos Interno	21.173.576,92	64.306.366,71	85.479.943,63	29.984.012,47	23.068.742,94	53.052.755,41
2. Financiamento Interno	10.388.209,49	32.712.677,61	43.100.887,10	14.377.097,34	36.953.402,18	51.330.499,52
3. Juros e Encargos a Pagar de Empréstimo e Financiamentos	859.705,30	10.388.209,49	11.247.914,79	139.365,39	0,00	139.365,39

Tabela 18 – Quadro detalhado das Dívidas originárias de Empréstimos e Financiamentos

DISCRIMINAÇÃO	CÓD. DÍVIDA FUND.	% JUROS A.A.	DATA ÚLTIMO VENCIMENTO	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL GERAL
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E JUROS C/ENCARGOS A PAGAR				32.421.491,71	99.050.986,25	131.472.477,96
1. Empréstimos				21.173.576,92	64.306.366,71	85.479.943,63
Operação de Crédito AFPR/SFM - Pavimentação Av. Angelina R. Vezozzo e Rua Antônio C. Lage	66/2014	6	fevereiro-36	231.038,50	4.384.753,34	4.615.791,84
Oper. Crédito AFPR/SFM Pavimentação e Recape de vias	1/2015	4,5	junho-22	3.870.067,39	1.987.115,49	5.857.182,88
Operação de Crédito BNDS PMAT CT. 14.2.0375.1	126/2015	1,9	setembro-22	3.296.402,88	2.763.793,74	6.060.196,62
Contrato de operação de crédito n.º 0414398-57/2015 Pavimentação de Infraestrutura Rua Aminthas de Barros, celebrado com a Caixa Econômica Federal	1/2016	6	dezembro-38	540.129,32	2.369.113,95	2.909.243,27
Operação de crédito n.º 0414401-04/2015 Pavimentação de Infraestrutura A. Prefeito Faria Lima, celebrado com a Caixa Econômica Federal	2/2016	6	dezembro-38	1.086.675,11	3.999.595,32	5.086.270,43
Operação de Crédito CEF 0400.311-21/2014 Acessos as Rodovias PR-445 à BR-369 ARCO LESTE	4/2016	6	abril-38	2.138.061,95	8.227.550,25	10.365.612,20
Operação de Crédito 041 5366-00/2014 Implantação Sistema Transporte Urbano BRT	5/2016	6	janeiro-38	7.529.609,28	40.574.444,62	48.104.053,90
Operação de Crédito AFPR/SFM 3641 Terreno Aeroporto	87/2016	6,5	janeiro-21	2.481.592,49	0,00	2.481.592,49

2. Financiamentos				10.388.209,49	32.712.677,61	43.100.887,10
Operação de Crédito CEF/COHAB CT 269931	110/2013	3,08	dezembro-26	4.023.672,36	18.285.329,31	22.309.001,67
Operação de Crédito CEF/COHAB CT 362381	181/2013	3,08	dezembro-26	1.417.369,24	6.974.127,63	8.391.496,87
Financiamento da COHAB-LD Aq. Terreno Industrial Lei 12.242	3/2016	IPCA - E (IBGE)	fevereiro-24	4.947.167,89	7.453.220,67	12.400.388,56
3. Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos a Pagar				859.705,30	2.031.941,93	2.891.647,23
Operação de Crédito AFPR/SFM - Pavimentação Av. Angelina R. Vezozzo e Rua Antônio C. Lage	66/214			40.987,21	996.628,83	1.037.616,04
Oper. Crédito AFPR/SFM Pavimentação e Recape de vias	1/2015			52.252,25	0,02	52.252,27
Operação de Crédito BNDS PMAT CT. 14.2.0375.1	126/2015			0,00	21,43	21,43
Contrato de operação de crédito n.º 0414398-57/2015 Pavimentação de Infraestrutura Rua Aminthas de Barros, celebrado com a Caixa Econômica Federal	1/2016			21.687,00	60.379,50	82.066,50
Operação de crédito n.º 0414401-04/2015 Pavimentação de Infraestrutura A. Prefeito Faria Lima, celebrado com a Caixa Econômica Federal	2/2016			46.281,60	93.457,46	139.739,06
Operação de Crédito CEF 0400.311-21/2014 Acessos as Rodovias PR-445 à BR-369 ARCO LESTE	4/2016			86.880,94	225.886,77	312.767,71
Operação de Crédito 041 5366-00/2014 Implantação Sistema Transporte Urbano BRT	5/2016			378.443,55	638.518,12	1.016.961,67
Operação de Crédito AFPR/SFM 3641 Terreno Aeroporto	87/2016			32.021,31	17.049,80	49.071,11
Operação de Crédito CEF/COHAB CT 269931	110/2013			61.775,81	0,00	61.775,81
Operação de Crédito CEF/COHAB CT 362381	181/2013			139.375,63	0,00	139.375,63
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E JUROS COM ENCARGOS A PAGAR				32.421.491,71	99.050.986,25	131.472.477,96

15 - Balanço Patrimonial - Fornecedores e Contas a Pagar

As Obrigações Fornecedores estão segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo. Na tabela a seguir, é apresentada a composição em 31/12/2020 e 31/12/2019.

Tabela 19 – Fornecedores e Contas a Pagar de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - SINTÉTICA DE CURTO E LONGO PRAZO	3.474.542,55	100,0	1.169.740,22	100,0	197,0
Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo	3.474.542,55	100,0	1.169.740,22	100,0	197,0
Fornecedores e Contas a Pagar de Longo Prazo	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

No encerramento do exercício, o Município apresentou o saldo de R\$ 3.474.542,55 na conta Fornecedores e Contas a pagar de curto prazo, com uma variação de 197,0%, a maior em comparação com o ano anterior. Não apresentando saldo dessa obrigação no grupo de contas de longo prazo.

O saldo de "Fornecedores e Contas a Pagar", representa as obrigações pelas aquisições de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais do Município, bem como, aquisições de bens e serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar.

16 – Balanço Patrimonial - Obrigações Fiscais

As Obrigações Fiscais estão segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo. Na tabela a seguir, são apresentadas as movimentações comparativas dos dois últimos exercícios, a saber:

Tabela 20 – Obrigações Fiscais de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2020			EXERCÍCIO DE 2019		
	Circulante	Não	TOTAL	Circulante	Não	TOTAL

	Circulante			Circulante		
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO E LONGO PRAZO	565.227,44	18.088.077,68	18.653.305,12	875.790,31	18.088.077,68	18.963.867,99
1. Obrigações Fiscais a Curto e Longo Prazo com a União	565.227,44	18.088.077,68	18.653.305,12	875.790,31	18.088.077,68	18.963.867,99
PIS/PASEP a Recolher	564.669,93	18.088.077,68	18.652.747,61	874.020,78	18.088.077,68	18.962.098,46
Outros Tributos e Contribuições Estaduais a Recolher	557,51	0,00	557,51	1.769,53	0,00	1.769,53

Os saldos dessas obrigações representam contribuições sociais do PASEP, taxas, emolumentos e multas fiscais, incidentes sobre as receitas do Município, em processos administrativo e judiciais a pagar.

O encargo de PIS/PASEP a Recolher – Parcelado, corresponde ao tributo renegociado com a união no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

17 – Balanço Patrimonial - Provisões

As Provisões estão segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo. Na tabela a seguir, é apresentada a composição em 31/12/2020 e 31/12/2019.

Tabela 21 – Provisões de Longo e Curto Prazos

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2020			EXERCÍCIO DE 2019		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
PROVISÕES DE CURTO E LONGO PRAZO	510.305,80	44.639.389,69	45.149.695,49	510.305,80	44.132.869,89	65.419.956,12
1. Outras Provisões	510.305,80	23.356.089,46	45.149.695,49	510.305,80	23.356.089,46	65.419.956,12
Provisão de Devolução de Bens Recebidos em Cessão de Uso ao Cedente	510.305,80	22.410.305,69	22.920.611,49	510.305,80	22.410.305,69	22.920.611,49
Provisão de Obrigações com Terceiros	0,00	945.783,77	945.783,77	0,00	945.783,77	945.783,77
2. Provisões Para Riscos Fiscais	0,00	19.728.118,65	21.283.300,23	0,00	20.776.780,43	20.776.780,43
Provisão para Pagamento Referentes a Autos de Infração	0,00	18.651.292,99	20.206.474,57	0,00	20.205.008,96	20.205.008,96
Provisão para Pagto. de Autuações Fiscais - Esfera Judicial	0,00	1.076.825,66	1.076.825,66	0,00	571.771,47	571.771,47

17.1 - As provisões classificadas em 'Provisão de Devolução de Bens Recebidos em Cessão de Uso ao Cedente' referem-se à possibilidade de devolução de bens móveis e imóveis recebidos de outras esferas governamentais com objetivos específicos no atendimento das atividades e dos interesses da comunidade, desenvolvidas pelo Município.

17.2 - A Provisão de Obrigações com Terceiros é o reconhecimento de dívida incorrida dos serviços de saneamento não pagos pelo Município com a SANEPAR, ligada a Lei Municipal nº 16.636 de 18 de dezembro 2017, que autoriza a adesão ao programa de recuperação de crédito com a entidade – RECRE 2017.

17.3 - As "Provisões para Riscos Fiscais" representam os autos de infrações de atuações governamentais e judiciais, lavrados ou notificados. Essa conta apresenta restrição contábil – [NE 5](#);

18 – Balanço Patrimonial - Demais Obrigações

Este subgrupo compreende as obrigações perante terceiros que não foram incluídas em subgrupos específicos segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo a seguir'.

Tabela 22 – Demais Obrigações de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2020			EXERCÍCIO DE 2019		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO E LONGO PRAZO	19.842.223,36	180.163.258,95	200.005.482,31	43.482.792,48	59.713.114,83	103.195.907,31
1. Valores Restituíveis	10.676.075,03	0,00	10.676.075,03	20.201.995,59	0,00	20.201.995,59
Consignações	4.454.455,55	0,00	4.454.455,55	6.819.346,29	0,00	6.819.346,29
Garantias	123.613,83	0,00	123.613,83	0,00	0,00	0,00

Depósitos Judiciais	5.487.568,26	0,00	5.487.568,26	12.786.633,49	0,00	12.786.633,49
Depósitos Não Judiciais	610.437,39	0,00	610.437,39	596.015,81	0,00	596.015,81
2. Outras Obrigações a Curto e Longo Prazo	9.166.148,33	180.163.258,95	189.329.407,28	23.280.796,89	59.713.114,83	82.993.911,72
Indenizações e Restituições	3.930,77	0,00	3.930,77	23.672,42	0,00	23.672,42
Diárias a Pagar	860,00	0,00	860,00	1.075,70	0,00	1.075,70
Suprimentos de Fundos a Pagar	2.530,90	0,00	2.530,90	3.320,84	0,00	3.320,84
Convênios a Pagar	819.331,00	0,00	819.331,00	819.331,00	0,00	819.331,00
Termo de Parceria a Pagar	0,00	0,00	0,00	7.420,10	0,00	7.420,10
Precatórios de Terceiros	2.462.626,59	0,00	2.462.626,59	9.461.789,76	0,00	9.461.789,76
Subvenções a Pagar	0,00	0,00	0,00	47.848,25	0,00	47.848,25
Participações em Empresa com PL Negativo	5.876.869,07	0,00	5.876.869,07	12.916.338,82	0,00	12.916.338,82
Precatórios de Terceiros	0,00	180.163.258,95	180.163.258,95	0,00	59.713.114,83	59.713.114,83

No final do Exercício de 2020, essa conta “Demais Obrigações” tanto a curto, como a longo prazo, em seu total foi aumentada em 93,8% em relação ao exercício anterior, atingido o valor de R\$ 200.005.482,31. A conta Precatórios de Terceiros é responsável por esse aumento, em decorrência de perdas em sentenças judiciais com valores expressivos.

18.1 Valores Restituíveis

As “Consignações” decorrem das retenções efetuadas em folha de salários de pessoal, em pagamentos a fornecedores e depósitos para posterior recolhimento, principalmente no mês seguinte, como: Retenções sobre Vencimentos e Vantagens – RPPS; Encargos Previdenciários – INSS; Retenções para Sindicatos; Retenções para Associações; Retenções para Empréstimos e Financiamentos; Retenções de Seguros; Retenções de Assistência Odontológica; Retenções de Cartões de Créditos; Outras Retenções; Consignações de Convênios a Repassar a Entidades e Valores não reclamados de fornecedores.

Os “Depósitos Judiciais”, de forma expressiva, das obrigações imposta ao Município por meio de decisões judiciais são os precatórios, cuja regulamentação é dada pelo art. 100 da Constituição Federal de 1988.

Os “Depósitos Não Judiciais” são depósitos caucionados que constituem garantias fornecidas pelos contratados com objetivo de assegurar a execução dos contratos celebrados com o município.

18.2 Outras Obrigações

Os saldos das “Outras Obrigações de Curto Prazo” são valores de terceiros inseridos em restos a pagar e/ou de retenções em nome deles independentes do prazo de exigibilidade abrangendo os valores a repassar às entidades privadas sem fins lucrativos e precatórios a pagar. Compreendem-se também as operações efetuadas entre unidade pertencente ao orçamento fiscal e da seguridade social com pessoas ou unidades de entes públicos que não pertençam ao município, além dos demais fatos que não compreendem transações entre as partes.

Conforme evidenciado na tabela acima 95,5% das “Outras Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo”, correspondem as obrigações decorrentes de decisões judiciais proferidas em desfavor do Município, mediante a constituição de precatórios regulados pelo art. 100 da CF/88.

Verifica-se também na tabela, outra espécie de obrigação relevante da “Perda em Participações em Empresa com PL Negativo” decorrente da participação do Município em empresa da administração indireta com patrimônio líquido negativo, cujo montante em 2020 foi de R\$ 5.876.869,07

19 - Balanço Patrimonial - Patrimônio Líquido

O resultado do Patrimônio Líquido corresponde a situação patrimonial líquida, apurada pela diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, que pode ser um montante positivo ou negativo.

No Patrimônio Líquido deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

O Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial de 2020 soma R\$ 2.358.439.316,09, em comparação com o valor de 2019, que foi de R\$ 2.239.754.077,10, houve um aumento nominal de 5,3 %.

Tabela 23 – Patrimônio Líquido

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CONTAS CONTÁBEIS	2.020	2.019	AH%
DEMAIS RESERVAS	0	149.411,01	-100,00
Reserva de reavaliação	0	149.411,01	-100,00
RESULTADO ACUMULADO	2.358.439.316,09	2.239.604.666,09	5,31
Resultado do Exercício	811.649.689,61	-235.919.239,94	-444,04
Resultado de Exercícios Anteriores	2.238.665.610,68	2.528.633.568,41	-11,47
Ajuste de Exercícios Anteriores	-691.875.984,20	-53.109.662,38	1.202,73
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.358.439.316,09	2.239.754.077,10	5,30

19.1 Resultado do Exercício apurado em 31/12/2020 foi superavitário em R\$ 811.649.689,61 resultante do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas que estão detalhadas nos itens 24 ao 29 deste documento.

19.2 O saldo do **Resultado de Exercícios Anteriores** em 2020 apresentou uma redução de 11,47% em consequência do resultado negativo do exercício de 2019.

19.4 Ajustes de Exercícios Anteriores registra os efeitos da mudança de critérios contábeis ou na retificação de erro imputável a exercícios anteriores que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Os Ajustes ocorridos no exercício de 2020 são decorrentes de correções nos saldos das Multas sobre os Créditos Tributários; do registro dos Créditos não Tributários que não possuem integração entre os sistemas informatizados SIPSTM e SCP; e de incorporações de Bens do Imobilizado, todas ocorridas em exercícios passados e registrados no exercício de 2020.

20 – Balanço Patrimonial - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e patrimoniais, de acordo com o disposto no art. 105 de Lei 4.320/1964, elaborado com base nos dados da classe 1 (Ativo), da classe 2 (Passivo) do PCASP, e nas contas que representem passivos financeiros classificadas nas contas da classe 6 “Créditos Empenhados a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”.

Tabela 24 – Apresentação do Saldo Patrimonial

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	AH%
A T I V O (I)			
Ativo Financeiro	327.535.290,86	204.769.041,99	60,0
Ativo Permanente	2.719.038.313,43	2.608.028.124,29	4,3
TOTAL DO ATIVO	3.046.573.604,29	2.812.797.166,28	8,3
P A S S I V O (II)			
Passivo Financeiro	120.043.395,36	165.711.785,67	-27,6
Passivo Permanente	672.207.899,75	542.584.275,56	23,9
TOTAL DO PASSIVO	792.251.295,11	708.296.061,23	11,9
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	2.254.322.309,18	2.104.501.105,05	7,1

Tabela 25 – Detalhamento do Saldo do Ativo Financeiro

CONTA CONTÁBEIS FINANCEIRAS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
Caixa e Equivalentes de Caixa	317.409.694,81	96,9	191.998.399,24	93,8	65,3
Bancos Conta Movimento	10.625.859,52	3,2	4.793.054,73	2,3	121,7
Poupança	7.800.943,06	2,4	8.952.642,41	4,4	-12,9
Fundo de Aplicação Financeira	298.982.892,23	91,3	178.252.702,10	87,1	67,7
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	9.533.503,39	2,9	12.178.550,09	5,9	-21,7
Outros Créditos a Receber Entidades	46.736,78	0,0	0,00	0,0	100,0
Depósitos Judiciais	73.408,64	0,0	66.623,39	0,0	10,2
Depósitos Restituíveis e Vinculados em Conta Especial - Precatórios - Controlado pelo Tribunal de Justiça	8.471.697,60	2,6	11.170.634,30	5,5	-24,2
Créditos a Receber p/ Reembolso de Salário Maternidade Pago	500,62	0,0	0,00	0,0	#
COSIP - Iluminação Pública a Receber	231.560,65	0,1	231.560,65	0,1	0,0
Outros Créditos a Receber de Entidades	709.599,10	0,2	709.599,10	0,3	0,0
Créditos a Receber Decorrente de folha	0,00	0,0	132,65	0,0	-100,0
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	592.092,66	0,2	592.092,66	0,3	0,0
Créditos a Receber em Poder da Justiça	592.092,66	0,2	592.092,66	0,3	0,0
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	327.535.290,86	100,0	204.769.041,99	100,0	60,0

Tabela 26 – Detalhamento do Saldo do Passivo Financeiro

CONTA CONTÁBEIS FINANCEIRAS	2.020,00	AV%	2.019,00	AV%	AH%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	338.736,46	0,3	1.258.954,91	0,8	-73,09
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.235.759,63	1,0	506.296,73	0,3	144,08
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.474.542,55	2,9	1.169.740,22	0,7	197,04
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	157.549,42	0,1	193.828,05	0,1	-18,72
Valores Restituíveis	10.676.075,03	8,9	20.201.995,59	12,2	-47,15
Outras Obrigações a Curto Prazo	43.725,36	0,0	7.127.998,12	4,3	-99,39
Crédito Empenhado a Liquidar	90.041.480,99	75,0	114.599.734,34	69,2	-21,43
RP Não Processados a Liquidar	14.075.525,92	11,7	20.653.237,71	12,5	-31,85
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	120.043.395,36	100,0	165.711.785,67	100,0	-27,56

21 – Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Ativos

Os Atos Potenciais Ativos, das Contas de Controle, correspondem ao “Quadro de Compensações” do Balanço Patrimonial, que normalmente representam as Garantias e Contragarantias recebidas a executar, ou recursos de convênios a receber, a saber:

Tabela 27 – Atos Potenciais Ativos

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	222.295.320,23	100,0	227.122.725,33	100,0	-2,1
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	4.222.875,37	1,9	0,00	0,0	100,0
Direito Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	26.920.615,90	12,1	31.893.085,33	14,0	-15,6
Direitos Contratuais a Executar	191.151.828,96	86,0	195.229.640,00	86,0	-2,1
Outros Atos Potenciais Ativo a Executar	0,00	0,0	0,00	0,0	100,0

A conta Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber representa os valores a receber de outras esferas de governos de recursos convênios ou parcerias de para atendimento de suas atividades ou de interesse coletivo da comunidade.

Quanto aos Direitos Contratuais a executar se referem ao Contrato de Concessão, firmado com a Sanepar para exploração do sistema de abastecimento de água e esgoto de Londrina.

22 - Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Passivos

Os principais itens que compõem esse subgrupo de contas de Atos Potenciais Passivos são as Garantias e Contragarantias Concedidas e as Obrigações Contratuais.

Tabela 28 – Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos são atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo do Município, como abaixo está demonstrado.

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	584.992.964,40	100,0	611.513.497,20	100,0	-4,3
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	86.097.807,61	14,7	95.067.844,30	15,5	-9,4
Obrigações Convidados e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	4.935.748,01	0,8	4.935.748,01	0,8	0,0
Obrigações Contratuais a Executar	493.959.408,78	84,4	511.509.904,89	83,6	-3,4
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

Dentre os atos potenciais passivos, os mais expressivos são as obrigações contratuais a executar, que se refere ao fornecimento de bens e serviços, para o atendimento das atividades públicas, que representa 84,4% do valor do subgrupo.

23 – Balanço Patrimonial - Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

O Superávit Financeiro refere-se a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurados no Balanço Patrimonial, servindo como recurso para a abertura de créditos suplementares e especiais no exercício posterior, respeitando a vinculação do recurso. O total do superávit financeiro apurado no exercício soma R\$ 207.491.895,50, no exercício anterior soma R\$ 39.057.256,32 e a discriminação analítica por origem de recursos está demonstrada no quadro próprio do anexo Balanço Patrimonial.

As fontes negativas indicam que o empenho foi realizado antes da entrada do recurso. Exemplos frequentes ocorrem para as Fontes de Recursos de Operações de Crédito, para as quais as despesas são executadas e encaminhadas para aprovação da instituição financeira que, após a aceitação da medição da obra em andamento, realiza a liberação financeira da operação de crédito.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A seguir serão destacadas as contas de maior relevância das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 29 – Apuração do Resultado Patrimonial do Exercício

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA - VPA	2.486.235.762,31	100,0	1.761.641.173,95	100,0	41,1
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	829.525.079,04	33,4	755.297.776,36	42,9	9,8
Contribuições	40.756.564,56	1,6	44.051.098,16	2,5	-7,5
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	53.578.321,75	2,2	1.945.607,18	0,1	2653,8
Variação Patrimonial Aumentativa Financeira	31.137.444,61	1,3	234.344.842,65	13,3	-86,7
Transferências Delegada Recebidas	651.199.283,40	26,2	544.189.299,12	30,9	19,7
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivo	2.620.765,20	0,1	33.426,19	0,0	7740,5
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	877.418.303,75	35,3	181.779.124,29	10,3	382,7
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA - VPD	1.674.586.072,70	100,0	1.997.560.413,89	113,4	-16,2
Pessoal e Encargos	609.627.810,99	36,4	558.110.226,95	31,7	9,2
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	16.785.701,55	1,0	7.101.732,64	0,4	136,4
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	139.683.658,43	8,3	161.569.769,83	9,2	-13,5

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	26.335.117,76	1,6	31.119.112,85	1,8	-15,4
Transferências e Delegações Concedidas	508.206.198,59	30,3	498.849.854,63	28,3	1,9
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	215.243.099,01	12,9	624.099.740,31	35,4	-65,5
Tributárias	13.827.188,00	0,8	13.293.745,08	0,8	4,0
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	144.877.298,37	8,7	103.416.231,60	5,9	40,1
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	811.649.689,61		-235.919.239,94		-444,0

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Na classe das Variações Patrimoniais Aumentativas, os Grupos de Impostos, Taxas e Contribuições; Transferências Delegadas Recebidas; e Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, concentram 94,8% do total da Classe, sendo essa última a que mais impactou o resultado patrimonial do exercício.

24 – VPA - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

O grupo Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria totalizou, em 2020, R\$ 829,5 milhões, representando 33,4% das VPA, deste total 44,69% são relativos ao IPTU e 27,34% são relativos ao ISS, conforme tabela abaixo.

Tabela 30 – VPA – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

VPA - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2020	AV (%)	2019	AV (%)	AH (%)
IRRF	113.438.521,62	13,68	105.995.074,39	14,03	7,0
IPTU	370.685.776,69	44,69	330.192.375,22	43,72	12,3
ITBI	68.946.447,14	8,31	60.506.117,39	8,01	13,9
ISS	226.823.322,87	27,34	212.155.145,18	28,09	6,9
Outros Impostos	0,00	0,00	287.436,51	0,04	-100,0
Taxas pelo Poder Polícia	10.201.312,05	1,23	8.633.015,48	1,14	18,2
Taxas pela Prestação de Serviços	38.869.458,58	4,69	37.163.388,48	4,92	4,6
Contribuição de Melhoria	560.240,09	0,07	365.223,71	0,05	53,4
Total	829.525.079,04	100,0	755.297.776,36	100,0	9,8

25 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas

O grupo das Transferências Delegadas Recebidas que totalizou, em 2020, R\$ 651,1 milhões, representando 26,2 % das VPA, desse total 37,9 % são originados de Transferências Constitucionais do Estado e 27,9 % de Transferências do FUNDEB.

Tabela 31 – VPA – Transferências e Delegações Recebidas

VPA - Transferências e Delegações Recebidas	2020	AV (%)	2019	AV (%)	AH (%)
Transferências intragovernamentais	21.984.688,37	3,38	174.440,70	0,03	12503,0
Transferências Intergovernamentais - Constitucionais - União	71.902.328,49	11,04	73.173.530,44	13,45	-1,7
Transferências Intergovernamentais - Constitucionais - Estado	247.120.174,99	37,95	249.974.774,45	45,94	-1,1
Transferências Intergovernamentais - FUNDEB	181.895.678,60	27,93	173.807.195,11	31,94	4,7

Transferências Intergovernamentais - Transferências Voluntárias	106.737.507,15	16,39	36.816.244,06	6,77	189,9
Transferências Intergovernamentais - Outras Transferências	20.712.966,59	3,18	8.122.672,16	1,49	155,0
Transferências das Instituições Privadas	374.575,01	0,06	1.910.790,10	0,35	-80,4
Transferências de Pessoa Físicas	471.364,20	0,07	209.652,10	0,04	124,8
Total	651.199.283,40	100,0	544.189.299,12	100,0	19,66

26 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Outro grupo a se destacar nas VPA, contribuindo de maneira significativa para o resultado patrimonial do exercício, é o grupo das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas totalizando, em 2020, R\$ 877,4 milhões, representando 35,3 % das VPA, desse total 91,69 % são alocados na conta de Reversão de Provisões e Ajustes de Perda, as quais resultam dos lançamentos elucidados na [Nota nº 7.5](#).

Tabela 32 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

VPA - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2020	AV (%)	2019	AV (%)	AH (%)
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	347.173,98	0,04	6.011.373,58	3,31	-94,2
Resultado Positivo de Participações	8.616.486,40	0,98	17.760.769,02	9,77	-51,5
Reversão de Provisões e Ajustes de Perda	804.464.908,88	91,69	87.857.165,98	48,33	815,7
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	63.989.734,49	7,29	70.149.815,71	38,59	-8,8
Total	877.418.303,75	100,00	181.779.124,29	100	382,68

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Na classe das Variações Patrimoniais Diminutivas, os Grupos Pessoal e Encargos; Transferências e Delegações Concedidas; e Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos, concentram 79,6% do total da Classe, sendo essa última a que mais impactou o resultado patrimonial do exercício.

27 – VPD – Pessoal e Encargos

Em 2020, as VPD com Remuneração a Pessoal totalizaram R\$ 609,6 milhões, deste valor 69,11% são referentes a Remuneração a Pessoal.

Tabela 33 – Pessoal e Encargos

VPD - Pessoal e Encargos	2020	AV (%)	2019	AV (%)	AH (%)
Remuneração a Pessoal	421.297.976,40	69,11	410.712.584,91	73,59	2,6
Encargos Patronais	158.568.977,87	26,01	119.077.675,71	21,34	33,2
Benefícios a Pessoal	27.263.542,78	4,47	26.216.165,42	4,70	4,0
Remuneração a Pessoal Ativo Civil – RGPS	2.497.313,94	0,41	2.103.800,91	0,38	18,7
Total	609.627.810,99	100	558.110.226,95	100,00	9,23

28 – VPD - Transferências e Delegações Concedidas

O grupo de contas de Variação Patrimonial Diminutiva - Transferências e Delegações concedidas totaliza, em 2020, R\$ 508,2 milhões, com aumento de 1,9% quando comparado ao exercício de 2019, na tabela abaixo é possível identificar a distribuição deste valor. Na tabela abaixo a conta Repasse Concedido, pertencente a este grupo é detalhada, demonstrando as entidades da administração indireta que receberam esse recurso.

Tabela 34 – Repasse Concedido

VPD - Repasses Concedidos	2020	AV (%)	2019	AH (%)	AH (%)
Fundo Municipal de Saúde de Londrina	312.432.090,07	70,45	301.149.926,46	68,21	3,7
Câmara Municipal de Londrina	40.336.000,00	9,10	40.041.000,00	9,07	0,7
Autarquia Municipal de Saúde - AMS	50.000,00	0,01	50.000,00	0,01	0,0
Fundo de Urbanização de Londrina	73.308.649,13	16,53	80.220.193,74	18,17	-8,6
Fundação de Esportes de Londrina	6.956.842,52	1,57	9.714.628,88	2,20	-28,4
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL	5.023.174,75	1,13	4.789.371,30	1,08	4,9
Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL	5.369.362,53	1,21	5.547.000,00	1,26	-3,2
Total	443.476.119,00	100,00	441.512.120,38	100,00	0,44

29 – VPD - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

O grupo de contas Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos representa 12,9% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas, totalizando em 2020 R\$ 215 milhões, com redução de 65,5% quando comparado ao exercício de 2019.

Tabela 35 – Desvalorização de Perdas de Ativo e Incorporação de Passivo

VPD - Desvalorização de Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2020	AV (%)	2019	AV (%)	AH (%)
Redução a Valor Recuperável de Investimentos	44.474.567,43	20,7	21.929,51	0,0	202706,9
Ajuste para Perdas de Demais Créditos a Receber	170.222.395,30	79,1	621.972.030,29	99,7	-72,6
Perdas Involuntárias	47.375,72	0,0	422.234,39	0,1	-88,8
Desincorporação de Ativos	498.760,56	0,2	1.683.546,12	0,3	-70,4
Total	215.243.099,01		624.099.740,31	100,0	-65,5

As contas do título Ajuste para Perdas de Demais Créditos a Receber representam quase toda a totalidade do Grupo Desvalorização de Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, outras informações sobre esta movimentação estão na [NE 07](#).

30 – Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou potencial de serviços fluíram para o Município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômico ou potencial de serviços para a entidade, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivo, seguindo a lógica do regime de competência.

O Resultado Patrimonial apurado em 2020 foi superavitário em R\$ 811,6 milhões, demonstrado na tabela abaixo, ao confrontar com as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 36 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	AH%
---------------	------	------	-----

Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	2.486.235.762,31	1.761.641.173,95	41,1
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	1.674.587.538,31	1.997.560.413,89	-16,2
Resultado Patrimonial do Período (III= I - II)	811.648.224,00	-235.919.239,94	-444,0

Observa-se que no resultado patrimonial do atual exercício, houve um aumento do resultado positivo da ordem de 444,0%, quando comparado com período do exercício anterior que, em termos monetários, representa uma variação de R\$ 1.047.567.463,34, uma vez que o resultado anterior era negativo.

30.1 Análise dos resultados por atividade sobre o enfoque patrimonial

O enfoque é demonstrar os resultados segregados por operações específicas ou semelhantes pelo desdobramento do conjunto de contas de resultado.

30.1.1 Resultado das Atividades Operacionais Próprias ou Administrativa do Município

Esse conjunto de contas de Receitas e Despesas demonstra o resultado das atividades operacionais próprias ou administrativas para o desempenho das atividades essenciais e indispensáveis ao atendimento burocrático na gestão pública, a saber:

Tabela 37 – Impacto nos resultados das atividades operacionais próprias ou administrativas do Município

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
RECEITAS OPERACIONAIS PRÓPRIAS	923.859.965,35	100,0	801.294.481,70	100,0	15,3
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	829.525.079,04	89,8	755.297.776,36	94,3	9,8
Contribuições	40.756.564,56	4,4	44.051.098,16	5,5	-7,5
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	53.578.321,75	5,8	1.945.607,18	0,2	2.653,8
DESPESAS DAS OPERAC.DE ADMIN.E MANUTENÇÃO	779.924.358,97	100,0	740.075.474,50	100,0	5,4
Pessoal e Encargos	609.627.810,99	78,2	558.110.226,95	75,4	9,2
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	16.785.701,55	2,2	7.101.732,64	1,0	136,4
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	139.683.658,43	17,9	161.569.769,83	21,8	-13,5
Tributárias	13.827.188,00	1,8	13.293.745,08	1,8	4,0
RESULTADO DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS PRÓPRIAS	143.935.606,38	18,5	61.219.007,20	8,3	135,1

No resultado das atividades “operacionais próprias”, houve um aumento de 135,1% no exercício em relação ao anterior, em função do aumento das receitas operacionais.

As atividades administrativas do Município, considerando a sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis, sob o enfoque patrimonial, são suficientes para a cobertura dos dispêndios, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência.

30.1.2 Resultado da Movimentação Financeira

As atividades da movimentação financeira, considerando sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis sob o enfoque patrimonial, são suficientes para cobertura dos dispêndios desta categoria, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência.

Tabela 38 – Impacto nos resultados a movimentação financeira

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA FINANCEIRA	31.137.444,61	100,0	234.344.842,65	100,0	-86,7
Juros e Encargos de Mora	25.059.014,89	80,5	197.088.746,37	84,1	-87,3
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	5.854.965,71	18,8	17.338.608,35	7,4	-66,2
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	223.464,01	0,7	19.917.487,93	8,5	-98,9

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA FINANCEIRA	26.335.117,76	100,0	31.119.112,85	4,2	-15,4
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	25.579.276,89	97,1	29.828.242,50	4,0	-14,2
Juros e Encargos de Mora	8.761,98	0,0	75.006,56	0,0	-88,3
Variações Monetárias e Cambiais	747.078,89	2,8	1.215.386,00	0,2	-38,5
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,0	477,79	0,0	100,0
RESULTADO DAS ATIVIDADE FINANCEIRAS	4.802.326,85	18,2	203.225.729,80	653,1	-97,6

O resultado da variação financeira demonstra que a movimentação financeira no exercício foi positiva, porém, apresentou uma redução de -97,6% em relação ao ano anterior. Dentre as principais razões do resultado, está a diminuição das VPA de Juros e Encargos de Mora incidentes sobre Créditos a Receber, mais especificamente aos decorrentes de Auto de Infração.

30.1.3 Resultado das Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

O balanceamento das contas de transferências e delegações, considerando sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis sob o enfoque patrimonial são suficientes para cobertura dos dispêndios desta categoria, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência, neste caso, em especial podemos citar como exemplo, os restos a receber das operações intergovernamentais de 2020.

Tabela 39 - Impacto das contas de Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	651.199.283,40	100,0	544.189.299,12	100,0	19,7
Transferências intragovernamentais	21.984.688,37	3,4	174.440,70	0,0	12503,0
Transferências Inter Governamentais	628.368.655,82	96,5	541.894.416,22	99,6	16,0
Transferências das Instituições Privadas	374.575,01	0,1	1.910.790,10	0,4	-80,4
Transferências de Pessoa Físicas	471.364,20	0,1	209.652,10	0,0	124,8
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	508.206.198,59	100,0	498.849.854,63	100,0	1,9
Transferências Intragovernamentais	443.560.149,00	87,3	442.652.316,25	88,7	0,2
Transferências das Instituições Privadas	64.545.903,45	12,7	56.188.019,31	11,3	14,9
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,0	9.519,07	0,0	-100,0
Execução Orçamentária Delegada	100.146,14	0,0	0,00	0,0	100,0
RESULTADO DAS ATIVIDADE FINANCEIRAS	142.993.084,81	22,0	45.339.444,49	8,3	215,4

A variação positiva em 215,4% foi impulsionada pelo aumento das Transferências Intragovernamentais e Intergovernamentais.

30.1.4 Resultado da Movimentação de Ativos e Passivos

Os Ganhos com Incorporação de Ativos e Desincorporação de Passivo referem-se, basicamente, com a venda de bens patrimoniais e incorporação de bens de terceiros em uso pelo Município.

Tabela 40 - Impacto no Resultado da Movimentação de Ativos e Passivos

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	2.620.765,20	100,0	33.426,19	100,0	7740,5
Ganhos com Alienação	2.620.765,20	100,0	32.936,19	98,5	7857,1
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,0	490,00	1,5	-100,0
Ganhos com Desincorporação de Passivo	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	215.243.099,01	817,3	624.099.740,31	84,3	-65,5
Reavaliação, redução, e valor recuperável e ajustes p/perdas	214.696.962,73	815,2	621.993.959,80	84,0	-65,5
Perdas involuntárias	47.375,72	0,2	422.234,39	0,1	-88,8
Desincorporação de Ativos	498.760,56	1,9	1.683.546,12	0,2	-70,4

RESULTADO GANHOS E PERDAS - ATIVOS E PASSIVOS	-212.622.333,81	917,3	-624.066.314,12	184,3	-65,9
--	------------------------	--------------	------------------------	--------------	--------------

O resultado negativo dos Ganhos e Perdas - Ativos e Passivos deve-se aos registros na conta contábil de Ajustes de Perdas de Demais Créditos a Receber, pertencente ao subgrupo de contas Reavaliação, redução e valor recuperável e ajustes para perdas.

30.1.5 Resultado das Outras Variações Patrimoniais

Os grupos de Outras Variações Patrimoniais englobam os registros que não possuem classificação nas demais Variações Patrimoniais, sendo destacado na tabela abaixo e detalhado na sequência.

Tabela 41 - Impacto no Resultado das Outras Variações Patrimoniais

CONTAS CONTÁBEIS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	877.418.303,75	100,0	181.779.124,29	100,0	382,7
Variações Patrimoniais Aumentativas a Classificar	347.173,98	0,0	6.011.373,58	3,3	-94,2
Resultado positivos de Participações	8.616.486,40	1,0	17.760.769,02	9,8	-51,5
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	804.464.908,88	91,7	87.857.165,98	48,3	815,7
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	63.989.734,49	7,3	70.149.815,71	38,6	-8,8
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	144.877.298,37	100,0	103.416.231,60	100,0	40,1
Premiações	0,00	0,0	169.680,71	0,2	-100,0
Incentivos	112.229,92	0,1	96.806,00	0,1	15,9
VPD de Constituição de Provisões	0,00	0,0	3.409.943,62	3,3	100,0
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	144.765.068,45	99,9	99.739.801,27	96,4	45,1
RESULTADO DE OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	732.541.005,38	83,5	78.362.892,69	43,1	834,8

O resultado positivo de Outras Variações Patrimoniais deve-se ao registro de **Reversão de Ajustes de Perdas** no valor de R\$ 804.464.908,88.

30.2 Considerações Finais sobre as Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do exercício não é um indicador de desempenho do Município, mas um medidor de quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas ou qualitativas dos elementos patrimoniais no respectivo período.

Para a Administração Pública é um indicador de gestão fiscal, por isso, a evolução do Patrimônio Líquido é objeto de análise do anexo de metas fiscais integrantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Resultado Patrimonial superavitário do exercício de 2020 em R\$ 811,6 milhões sofreu uma elevação na ordem de R\$ 1.047,6 bilhões quando comparado ao exercício de 2019, que obteve um Resultado Patrimonial deficitário em R\$ 235,9 milhões.

O resultado positivo foi proporcionado principalmente devido aos registros na conta Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas.

31 – Balanço Orçamentário - Execução Orçamentária da Receita

As receitas realizadas no exercício de 2020 estão representadas abaixo em categorias econômicas, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário.

Houve um crescimento de 11,9% das receitas em 2020 em comparação com 2019, passando de R\$ 1,425 bilhões para R\$ 1,595 bilhões. Destacam o aumento nominal nas receitas de Transferências Correntes e Receita Patrimonial.

Tabela 42 – Receita Realizada

CONTAS ORÇAMENTARIAS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
----------------------	------	-----	------	-----	-----

RECEITAS CORRENTES	1.530.691.506,60	95,9	1.391.701.342,10	97,6	10,0
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	799.478.866,00	50,11	776.442.111,29	54,5	3,0
Receita de Contribuições	40.758.931,21	2,55	44.054.596,32	3,1	-7,5
Receita Patrimonial	59.820.989,74	3,75	20.537.902,05	1,4	191,3
Receita de Serviços	1.528.348,19	0,10	1.945.607,18	0,1	-21,4
Transferências Correntes	609.612.463,96	38,21	531.210.735,47	37,3	14,8
Outras Receitas Correntes	19.491.907,50	1,22	17.510.389,79	1,2	11,3
RECEITAS DE CAPITAL	62.021.479,43	3,9	34.115.052,42	2,4	81,8
Operações de Crédito	41.948.978,11	2,63	17.552.182,12	1,2	139,0
Alienação de Bens	2.620.765,20	0,16	32.936,19	0,0	7.857,1
Transferência de Capital	17.451.736,12	1,09	12.387.451,58	0,9	40,9
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	4.142.482,53	0,3	-100,0
RECEITAS CORRENTES	2.801.389,76	0,18	0,00	0,0	100,0
Indenizações, Restituições e Ressarcimento (Intraorçamentária)	2.801.389,76	0,18	0,00	0,0	100,0
TOTAL DAS RECEITAS	1.595.514.375,79	100,0	1.425.816.394,52	100,0	11,9
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	62.418.193,43	100,0	74.853.330,97	100,0	-16,6
Recurso Arrecadados em Exercícios	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Superávit Financeiro	62.418.193,43	100,0	74.856.871,20	100,0	-16,6
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,0	-3.540,23	0,0	-100,0

32 - Balanço Orçamentário - Execução Orçamentária da Despesa

Observa-se que em 2020 foram empenhados R\$ 887,7 milhões, enquanto em 2019 foram R\$ 869,5 milhões.

Da mesma forma que em 2019, os empenhos de despesas correntes representam a maioria das despesas do município, participando em 2020 com 85,6% de toda despesa empenhada no período, conforme tabela seguir:

Tabela 43 – Despesa Empenhada

CONTAS ORÇAMENTARIAS	2020	AV%	2019	AV%	AH%
DESPESAS CORRENTES	887.720.184,87	85,6	869.533.447,15	83,7	2,1
Pessoal e Encargos Sociais	595.635.953,55	57,4	544.097.001,16	52,4	9,5
Juros e Encargos da Dívida	14.760.369,46	1,4	16.016.040,50	1,5	-7,8
Outras despesas Correntes	277.323.861,86	26,7	309.420.405,49	29,8	-10,4
DESPESAS DE CAPITAL	149.264.055,27	14,4	169.745.338,94	16,3	-12,1
Investimentos	107.501.535,41	10,4	114.229.663,28	11,0	-5,9
Inversões Financeiras	10.205.600,28	1,0	18.276.339,99	1,8	-44,2
Amortização da Dívida / Refinanciamento da Dívida	31.556.919,58	3,0	37.239.335,67	3,6	-15,3
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Reserva de Contingência	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.036.984.240,14	100,0	1.039.278.786,09	100,0	-0,2
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.036.984.240,14	100,0	1.039.278.786,09	100,0	-0,2
SUPERAVIT	558.530.135,65	53,9	386.537.608,09	37,2	44,5

TOTAL	1.595.514.375,79	153,9	1.425.816.394,18	137,5	11,9
--------------	-------------------------	--------------	-------------------------	--------------	-------------

33 - Balanço Orçamentário - Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas e as despesas empenhadas no período, tendo em vistas os critérios estabelecidos pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Tabela 44 – Comparação entre a Receita e Despesa Orçamentária Executadas

CONTAS ORÇAMENTARIAS	2020	2019	AH%
Receitas Realizadas	1.595.514.375,79	1.425.816.394,52	11,9
Despesas Empenhadas	1.036.984.240,14	1.039.278.786,09	-0,2
RESULTADO - Superávit Orçamentário	558.530.135,65	386.537.608,43	44,5

O resultado orçamentário (diferença entre as receitas arrecadas e as despesas empenhadas) foi superavitário em cerca de R\$ 558,5 milhões, situação que é extremamente necessária, já que o Município efetua interferências financeiras às Entidades da Administração Indireta e à Câmara Municipal.

34 - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar

A Execução de Restos a Pagar se refere-se à continuidade a ser dada aos procedimentos financeiros na execução das despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício findo, distinguindo-se as “Processadas” das “Não Processadas”, As “Processadas” são despesas inscritas em restos a pagar, “liquidadas” e não pagas, que correspondem aos bens e serviços recebidos e aceitos de forma definitiva. Quanto as “Não Processadas”, são despesas empenhadas e “não liquidadas”, que dependem de procedimentos específicos de recebimentos.

34.1 Estoque dos Restos a Pagar

Do total inscrito, em 2020, em Restos a Pagar não Processados na ordem de R\$ 135,2 milhões, foram liquidados R\$ 97,9 milhões e cancelados 23,2 milhões, restando um saldo de R\$ 14,1 milhões.

Do total inscrito em Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados de R\$ 10,2 milhões, foram pagos R\$ 1,7 milhões e cancelados R\$ 8,4 milhões, restando um saldo de R\$ 112,2 mil.

Em consonância com o art. 36 da Lei nº 4.320/1964, considera-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro.

A tabela a seguir mostra a trajetória da posição de restos a pagar inscritos e reinscritos no final de cada exercício.

Tabela 45 – Histórico da Composição dos Estoques de Restos a Pagar

Ano	Restos a Pagar Não Processados			
	Sd. Ant. + Inscr.	Cancelados	Liq. /Pagos	A Pagar
2013	44.333.847,88	11.018.669,20	21.138.797,23	12.176.381,45
2014	40.346.349,52	1.516.860,05	25.748.791,24	13.080.698,23
2015	69.147.811,19	7.168.431,38	35.613.552,38	26.365.827,43
2016	97.211.342,70	19.924.475,05	37.605.101,43	39.681.766,22
2017	98.765.364,81	9.133.680,02	37.390.279,97	52.241.404,82
2018	98.802.590,53	5.674.010,92	25.709.972,12	67.418.607,49
2019	162.629.606,63	11.222.793,51	130.765.344,05	20.641.469,07
2020	135.240.843,41	23.235.790,96	97.929.526,53	14.075.525,92
2021	104.117.006,91			

Ano	Restos a Pagar Processados e Não Processado Liquidado			
	Sd. Ant. + Inscr.	Cancelados	Liq. / Pagos	A Pagar
2013	14.061.050,03	834.812,93	11.668.293,32	1.557.943,78
2014	14.185.501,57	84.401,57	12.185.177,47	1.915.922,53

2015	16.658.848,59	326.346,38	12.497.987,73	3.834.514,48
2016	14.547.151,25	90.493,03	10.978.228,34	3.478.429,88
2017	13.521.167,53	1.506.248,60	9.842.639,63	2.172.279,30
2018	18.612.441,17	494.336,09	17.824.247,98	293.857,10
2019	22.045.625,26	103.658,62	21.697.444,90	244.521,74
2020	10.256.818,03	8.426.592,97	1.717.995,79	112.229,27
2021	5.250.313,42			

35 – Balanço Financeiro - Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro objetiva demonstrar todas as entradas e saídas de recursos financeiros sejam de origem orçamentária ou extraorçamentária, bem como os saldos do início e do final do período.

Também apresenta os fluxos de caixa e equivalentes de caixa de uma forma diferente da Demonstração dos Fluxos de Caixa, separando as receitas e despesas orçamentárias das extraorçamentárias e de transferência. Além disso, esse demonstrativo segue o regime de caixa e detalha as receitas e despesas orçamentárias de acordo com grupos de fontes.

Registra-se que as fontes vinculadas determinam, já no momento da arrecadação, a destinação dos recursos de acordo com vinculações legais, enquanto as fontes de recursos ordinários podem ser utilizadas para qualquer finalidade, inclusive, para complementar as despesas em áreas cuja arrecadação em fontes vinculadas específicas não seja suficiente.

Tabela 46 – Resultado Financeiro

DESCRIÇÃO CONTÁBEIS	2020	2019	AH%
Receita Orçamentária (I)	1.595.514.375,79	1.425.816.394,52	11,9
Despesa Orçamentária (II)	1.036.984.240,14	1.039.278.786,09	-0,2
Resultado Orçamentário (III = I - II)	558.530.135,65	386.537.608,43	44,5
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	21.718.238,60	127.037,70	16995,9
Transferências Financeiras Concedidas (V)	443.476.119,00	441.512.120,38	0,4
Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)	-421.757.880,40	-441.385.082,68	-4,4
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	1.021.254.617,09	1.029.361.069,59	-0,8
Despesas Extraorçamentárias (VIII)	1.035.260.623,47	1.056.165.423,51	-2,0
Resultado Extraorçamentários (IX + VII - VIII)	-14.006.006,38	-26.804.353,92	-47,7
RESULTADO FINANCEIRO EXERCÍCIO (IX + VII - VIII)	122.766.248,87	-81.651.828,17	-250,4

O Balanço Financeiro é estruturado de forma a evidenciar o resultado financeiro do período que é a diferença entre o total dos ingressos financeiros e o total dos dispêndios financeiros, tanto orçamentários como extraorçamentários.

O resultado orçamentário apresentou um aumento de 44,5% em relação ao exercício anterior no valor de R\$ 558.530.135,65. Uma parcela significativa desse montante foi consumida pelo resultado das transferências financeiras.

O resultado extraorçamentário negativo obtido, em 2020, totalizou R\$ 14 milhões, o qual pode ser lido como recursos de terceiros que foram restituídos.

Por fim, o resultado financeiro do exercício foi positivo em 122,7 milhões, reduzindo o déficit do exercício anterior em 250,4%.

36 – Fluxo de Caixa - Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) objetiva contribuir para a transparência da gestão pública, além de permitir um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações da DFC são úteis para proporcionar aos usuários informações sobre a capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como sua capacidade de liquidez em cada fluxo gerado das

atividades, permitindo projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A DFC foi elaborada pelo método direto de forma a evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, segregada nos seguintes fluxos: das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

Em função da adoção do Princípio da Unidade de Tesouraria, a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa é igual ao Resultado Financeiro (evidenciado na Nota nº 35). Dessa forma, em 2020, o resultado apurado positivo foi de R\$ 122,7 milhões composto da seguinte maneira:

Tabela 47 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Formação

DESCRIÇÃO CONTÁBEIS	2020	2019	AH%
Atividades das Operações	119.826.021,88	-42.926.821,80	-379,1
Atividades de Investimento	-7.584.835,08	-19.093.403,80	-60,3
Atividades de Financiamento	10.525.062,27	-19.631.602,57	-153,6
TOTAL GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVALENTE DE CAIXA	122.766.249,07	-81.651.828,17	-250,4

GLOSSÁRIO

Este glossário foi produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional para auxiliar a interpretação dos termos técnicos utilizados no Balanço Geral da União. Desta forma, considerando a similaridade da matéria, iremos aproveitá-lo, em parte, neste documento. Contudo, este glossário, não altera, nem sobrepõe as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Ações / Cotas em Tesouraria. Compreendem o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas, destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Ajustes de Exercícios Anteriores. Registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integrando o subgrupo “Resultados Acumulados”.

Análise Horizontal (AH). Compreende a relação de cada conta da demonstração contábil com sua equivalente de exercícios anteriores. Mede, portanto, a evolução das contas ao longo de dois ou mais exercícios, permitindo projetar uma tendência futura.

Análise Vertical (AV). Compreende a importância relativa de cada conta com um valor-base dentro da demonstração contábil, permitindo inferir, por exemplo, se há itens fora das proporções usuais e qual a sua representação diante da totalidade de um grupo.

Ativo. Recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Ativo Circulante. Ativo que satisfaz a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com a finalidade de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) o ativo está mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado; (c) espera-se que o ativo seja realizado em até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante. Ativo que não é classificado como ativo circulante, como, por exemplo, ativo imobilizado e ativo intangível.

Atos Potenciais Ativos. São valores não compreendidos no ativo e que, de forma imediata ou indireta, podem vir a afetar de maneira positiva o patrimônio público.

Atos Potenciais Passivos. São valores não compreendidos no passivo e que, de forma imediata ou indireta, podem vir a afetar de maneira negativa o patrimônio público.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais. Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas a aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), bem como as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva,

visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

Bens de Uso Comum do Povo. Compreendem os bens que se destinam à utilização geral pela coletividade, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

Bens de Uso Especial. Compreendem os bens que se destinam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral, tais como hospitais, universidades e viaturas de polícia.

Bens Dominicais. Compreendem os bens que, apesar de constituírem o patrimônio público, não possuem uma destinação pública determinada ou um fim administrativo específico, tais como prédios públicos desocupados, terrenos de marinha e terras devolutas.

Caixa e Equivalentes de Caixa. Compreendem o caixa em espécie (dinheiro) e recursos alocados em conta corrente ou em aplicações financeiras para os quais não haja restrição de uso imediato. São mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Contribuições. Compreendem toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, tais como contribuições sociais e econômicas. Estão incluídas as contribuições sociais do RPPS, contribuições de intervenção do domínio econômico, contribuição de iluminação pública e contribuições de interesse das categorias profissionais.

Créditos a Curto Prazo. Compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos e outros valores realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Créditos Adicionais. Autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Cotas em Tesouraria. Ver Ações / Cotas em Tesouraria.

Curto Prazo. Período de até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Demais Obrigações. Compreendem as obrigações da entidade com terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Demais Reservas. Compreendem as demais reservas não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Despesas Orçamentárias. Fluxos que derivam da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, bem como em créditos adicionais, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.

Despesa Orçamentária Empenhada. Consiste no valor que o Município reservou no orçamento para efetuar um pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Despesa Orçamentária Liquidada. Consiste no valor que o credor adquire como direito ao produzir um bem ou prestar um serviço, bem como quando do adimplemento de todas as condições necessárias à transferência de recursos pactuados em convênios e instrumentos congêneres.

Despesa Orçamentária Paga. Consiste no valor desembolsado no exercício de referência, em regra, após a regular liquidação.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos. Compreendem a variação diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação, perdas involuntárias. A incorporação de passivos compreende as incorporações de operações de crédito, provisões, restos a pagar, dentre outros. A desincorporação de ativos compreende o cancelamento de dívida ativa, encampação de dívidas passivas e baixa de bens, títulos e direitos.

Dívida Ativa. Abrange o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.

Dividendos. Distribuições de lucros a detentores de instrumentos patrimoniais na proporção de suas participações em uma classe particular do capital.

Dotação Atualizada. Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

Dotação Inicial. Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Empréstimos e Financiamentos. Compreendem as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor.

Estoques. Compreendem estoques de diversos tipos, tais como material de consumo, matéria-prima, produtos em acabamento, produtos acabados e outros tipos de estoques.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos. Compreendem as receitas auferidas com a exploração e a venda de bens, serviços e direitos que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso. Assim, estão incluídas as receitas patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.

Fluxos de Caixa. São as entradas e saídas de caixa e de equivalentes de caixa.

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento. São aqueles que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento, não classificadas como atividades operacionais.

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento. São aqueles referentes à aquisição e à venda de ativos não circulantes e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais. São aqueles referentes às principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades diferentes das de investimento e de financiamento.

Fornecedores e Contas a Pagar. Compreendem as obrigações com fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, além das obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Gleba. Porção de terra que não tenha sido submetida a loteamento ou desmembramento.

Imobilizado. Compreende os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. São espécies de receitas tributárias, as quais compreendem toda prestação pecuniária compulsória – em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir – que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Intangível. Compreende direitos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, tais como software, marcas, direitos e patentes industriais.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo. Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Investimentos Permanentes. Compreendem as participações societárias diversas, bem como bens e direitos não classificáveis no ativo circulante, nem no ativo realizável a longo prazo, e que não se destinem à manutenção das atividades normais da entidade.

Juros. Encargos decorrentes do uso por terceiros de caixa ou equivalentes de caixa ou de valores devidos à entidade.

Longo Prazo. Período após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Obrigações Contratuais a Executar. Compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros.

Obrigações Fiscais. Compreendem as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar. Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas não incluídas em grupos específicos, tais como: outras receitas correntes; ingressos extraorçamentários; variações patrimoniais a classificar; e reversão de provisões e de ajustes para perdas.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas em grupos específicos, tais como: premiações; incentivos; equalizações de preços e taxas; participações; e contribuições.

Pagamentos Extraorçamentários. São aqueles que não constam na lei orçamentária anual (LOA), compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios.

Passivo. Obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Passivo Circulante. Passivo que satisfaz a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que o passivo seja exigido durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) o passivo deve ser exigido no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante. Passivo que não é classificado como passivo circulante.

Passivos Contingentes. Representam obrigações possíveis, resultantes de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Além disso, são passivos contingentes as obrigações presentes cuja saída de recursos é improvável ou cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Quando a saída de recursos se torna provável, o passivo contingente é convertido em provisão, que deverá ser reconhecido no Balanço Patrimonial.

Pessoal e Encargos Sociais. Compreendem a remuneração do pessoal ativo, civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias, fixas ou variáveis, estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreendem, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Previsão Atualizada. Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: (a) registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; (b) criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; (c) remanejamento entre naturezas de receita; ou (d) atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA.

Previsão Inicial. Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Provisões. Compreendem os passivos de prazo ou de valor incerto.

Recebimentos Extraorçamentários. Compreendem os ingressos de recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Município é mero agente depositário; e a inscrição de restos a pagar. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Receitas Orçamentárias. Disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas pertencem ao Município, transitam pelo patrimônio do Poder Público, aumentam-lhe o saldo financeiro, e, geralmente, por força do Princípio Orçamentário da Universalidade, estão previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Receitas Orçamentárias Realizadas. Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária, na forma do art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Restos a Pagar. Compreendem as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício anterior.

Restos a Pagar Não Processados. Compreendem as despesas empenhadas, mas não liquidadas (e conseqüentemente não pagas) até 31 de dezembro do exercício anterior.

Restos a Pagar Processados. Compreendem as despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício anterior.

Resultado Orçamentário. Representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas.

Resultado Patrimonial. Representa o resultado patrimonial decorrente da diferença, positiva ou negativa, entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Resultados Acumulados. Subgrupo do “Patrimônio Líquido”, formado, fundamentalmente, pelo saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os “superávit” ou “déficit” acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. As diferenças entre ativos e passivos dos balanços consolidados foram compensadas nesse grupo.

Royalties. Encargos pelo uso de ativos de longo prazo da entidade, como, por exemplo, de patentes, marcas, direitos autorais e software.

Transferências e Delegações Concedidas. Compreendem o somatório das variações diminutivas com transferências intergovernamentais e intragovernamentais a instituições multigovernamentais, a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, a convênios e ao exterior.

Transferências e Delegações Recebidas. Compreendem o somatório das receitas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências das instituições Multigovernamentais, transferências das instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior, delegações recebidas e transferências de pessoas físicas.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo. Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto aquelas com pessoal e encargos, tais como: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização e exaustão.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporações de Passivos. Compreendem a variação patrimonial aumentativa relativa à reavaliação de ativos, ao ganho com alienação de ativos, ou seja, quando o valor alienado do ativo é maior que o seu valor contábil, de maneira que a diferença compreende o ganho. Compreendem também a contrapartida da incorporação de novos ativos descobertos e a contrapartida da desincorporação de passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar.

Variações Patrimoniais Aumentativas. Corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

Variações Patrimoniais Diminutivas. Corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aqui demonstrados são frutos dos registros efetuados tendo por suporte documentos hábeis remetidos para contabilização pelos órgãos da entidade ou extraídos através de sistema integrado, respondendo estes, pela veracidade, integralidade e procedência. Os gestores se encontram cientes de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante às responsabilidades quanto a documentação e procedimentos. A responsabilidade do profissional Contador, que referenda essas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos efetivamente notificados pelos referidos órgãos da administração a este profissional.

Londrina, 31 de dezembro de 2020.

Marcelo Belinati Martins
Prefeito do Município

Newton Hideki Tanimura
Controlador-Geral do Município

Fabrcio Borges de Sousa
Contador CRC PR-046939/O-1